



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDUC
CURSO DE GEOGRAFIA**

CARLA RAMONA VIEIRA SALES

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA VILA
FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB.**

**CAMPINA GRANDE
2018**

CARLA RAMONA VIEIRA SALES

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA VILA
FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC -
apresentado ao Curso de Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Área de concentração: Geografia Urbana

Orientador: Prof. Dr. Arthur Tavares
Valverde.

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S163p Sales, Carla Ramona Vieira.
Produção do espaço urbano e segregação socioespacial na Vila Florestal no município de Lagoa Seca - PB [manuscrito] / Carla Ramona Vieira Sales. - 2018.
64 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde ,
Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."
1. Espaço urbano. 2. Moradia. 3. Vulnerabilidade. 4. Segregação socioespacial. I. Título

21. ed. CDD 711

CARLA RAMONA VIEIRA SALES

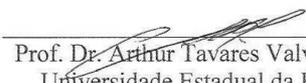
**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA VILA
FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC -
apresentado ao Curso de Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

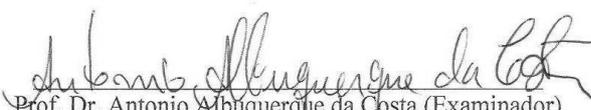
Área de concentração: Geografia Urbana.

Aprovada em: 14/11/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha Mãe, pela dedicação, amor, companheirismo
e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me amar incondicionalmente e pôr está comigo nos momentos mais difíceis do curso me abençoando com discernimento, paciência e sabedoria.

Ao Chefe de Departamento e todos da Coordenação do Curso de Geografia, pelo carinho e empenho em suas funções.

Aos professores do Curso de Geografia, em especial a professora Dra. Maria Jackeline Feitosa, por todo apoio e dedicação tanto nos meus primeiros passos acadêmicos como no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na qualidade de aluna voluntária.

Ao professor Dr. Arthur Valverde, por todo carinho, paciência e leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao meu pai Carlos Antônio, a minha mãe Rosália Vieira, aos meus irmãos Andersson Vieira e Henzo Gabryel, aos meus Avós e Tios tanto pelo apoio e força, quanto pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares e momentos de confraternização.

Ao meu avô José Horácio (*in memoriam*), que embora fisicamente ausente, sentia a presença ao meu lado, dando-me força.

Aos meus amigos que sempre acreditaram em mim, me apoiaram e estiveram ao meu lado me ajudando a vencer os desafios e seguir.

A todos os funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização da pesquisa, em especial ao representante da Defesa Civil de Lagoa Seca o senhor George Neemias pela presteza.

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”

Milton Santos

RESUMO

A moradia no Brasil ao longo do tempo vem sendo palco de muitas discussões entre estudiosos, pois a mesma reflete diretamente às condições socioeconômicas da população e suas estruturas de classe. As pessoas de elevado poder aquisitivo escolhem onde desejam morar, porém a população de baixa renda são induzidas a morar em locais onde o preço da terra é mais barato e que não possui uma infraestrutura urbana adequada. Este é o caso da Vila Florestal, comunidade situada na área rural do município de Lagoa Seca, interior do Estado da Paraíba, comunidade esta que se originou de um processo de desapropriação seguida da “doação” de terrenos para moradia de uma parcela da população pobre do Município no início da década de 1990. Os indivíduos que ganharam pequenos terrenos para construir porém, por falta de condições financeiras as pessoas ocuparam de maneira desordenada os terrenos e autoconstruíram suas moradias dando origem à Vila Florestal, uma área segregada em área Peri urbana do Município, que constitui o recorte espacial desta pesquisa. O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de organização espacial da Vila Florestal (atualmente com cerca de 300 famílias) dentro da atual estratégia de desenvolvimento urbano da cidade de Lagoa Seca analisando os fatores de formação socioespacial, identificando como ocorreu o planejamento e consolidação do local enquanto área urbana definindo os elementos que expressam a caracterização do local como espaço segregado. A pesquisa se deu pelo método Fenomenológico. A metodologia aplicada no desenvolvimento deste trabalho se pautou por levantamento de dados nas Secretarias de Agricultura, Assistência Social, Saúde, Infraestrutura e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Lagoa Seca, a fim de coletar dados visto que não há literatura sobre a área estudada, bem como: entrevistas com funcionários das Secretarias de Lagoa Seca, moradores da Vila Florestal e alguns candidatos e ex-candidatos do Município, além de mapeamentos, registros fotográficos e observações *in loco*. A partir do estudo pode-se constatar que a Vila Florestal além de ser um espaço desigual é segregado pela falta de planejamento do local e investimentos. O espaço foi ocupado de maneira caótica criando grandes problemas, com isto a população sofre desde os primórdios pois não se projetou como a Vila iria se desenvolver economicamente o que tem aumentado a desigualdade social. Verificou-se também que são poucas as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado voltadas para a Vila Florestal o que eleva a exclusão e a vulnerabilidade tanto estrutural quanto social.

Palavras chave: Vila Florestal; Moradia; Vulnerabilidade; Segregação socioespacial.

ABSTRACT

Housing in Brazil, over time, has been the scene of many discussions among scholars, since it directly reflects the socioeconomic conditions of the population and its class structures. High-income people choose where they want to live, but low-income people are induced to live in places where land prices are cheap and there is no adequate urban infrastructure. This is the case of Vila Florestal, a community located in the rural area of the municipality of Lagoa Seca, in the state of Paraíba. This community was originated in a process of expropriation followed by the "donation" of land and occupation by a poor population of the town in the early 1990s. These individuals gained small plots to build homes, but due to lack of financial conditions people occupied the land in a disorderly way and built their homes themselves, giving rise to Vila Florestal, a segregated area on the outskirts/rural area of the town, which spatially defines the object of this research. This study aims to understand the spatial organization process of Vila Florestal (currently with about 300 families) within the urban development strategy of Lagoa Seca, analyzing the socio-spatial formation factors, identifying how the process of planning and consolidation of the site occurred as an urban area, defining the elements that express the characterization of the place as a segregated space. The methodology applied in the development of this work was based on: data collection in the Secretariats of Agriculture, Social Assistance, Health, Infrastructure and Civil Defense, since there is no literature on the studied area, as well as: interviews with employees of the Secretariats of Lagoa Seca, residents of Vila Florestal and some political candidates and former candidates of the municipality, besides mappings, photographs and observations in loco. In this study it can be seen that Vila Florestal, besides being an unequal space compared to other areas of the city, is segregated by the lack of planning. The space was occupied in a chaotic way creating great urban problems, for this reason the population has suffered since the beginnings of this area because there was no planning on how the village would develop economically, which has increased the social inequality. It was also verified that there are few public policies developed by the State directed to Vila Florestal, which raises both structural and social vulnerability.

Keywords: Vila Forestal; Housing; Vulnerability; Socio-spatial segregation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1. INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO..... | 13 |
| 2.1 A PRODUÇÃO DE UM BRASIL URBANO..... | 14 |
| 2.2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS..... | 17 |
| 2.3 A URBANIZAÇÃO TARDIA DAS PEQUENAS CIDADES..... | 23 |
| 2. A DESIGUALDADE COMO DIVISOR DA SOCIEDADE..... | 26 |
| 3.1 O DIREITO À MORADIA DIGNA NA CIDADE CONTEMPORANEA..... | 28 |
| 3.2 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL | 30 |
| 3.3 O ESPAÇO COMO MARCA DE UMA CIDADE DESIGUAL..... | 33 |
| 3. AS DIVERSAS FACES DA SEGREGAÇÃO..... | 37 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO HISTORICO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO..... | 39 |
| 4.2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E OCUPAÇÃO DA VILA FLORESTAL... | 45 |
| 4.3 PROBLEMAS SOCIAIS E URBANOS DA VILA FLORESTAL..... | 53 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 60 |
| | 62 |
| REFERENCIAS..... | |

INTRODUÇÃO

A Vila Florestal localiza-se em Lagoa Seca, Município do interior do Estado da Paraíba, é uma comunidade situada na área Peri urbana que, apesar da falta de infraestrutura, têm adquirido características urbanas como adensamento populacional, ruas calçadas, Posto de Saúde, Creche, Escola. Dista-se 2,5 quilômetros da BR que liga Campina Grande a cidades do Brejo Paraibano. A Vila Florestal surgiu, segundo relato dos moradores mais antigos visto que não foram localizados registros ou dados oficiais, em torno da década de 1990. Esse processo se deu com a desapropriação de um terreno na zona rural do Município, em que o Prefeito da época observou o grande número de pessoas que não possuía casa própria e viu no terreno desapropriado a solução para o problema urbano do déficit habitacional da população de baixa renda que não tinha moradia.

Com o intuito de solucionar o problema habitacional foi dado início ao processo de elaboração de um projeto para a construção do Loteamento Cidade Bola Coutinho¹. Neste mesmo período algumas imobiliárias da cidade de Campina Grande viram na cidade de Lagoa Seca o local propício para a construção de alguns Condomínios Residenciais de alto padrão em terrenos próximos à BR 104, visto que o valor da terra nestes locais eram baixo se comparado aos terrenos campinenses em áreas próximas ao Centro e nos bairros Alto Branco, Mirante e Catolé. Muitos investidores do mercado imobiliário compraram pequenos terrenos da população de baixa renda para a junção e posterior construção dos condomínios, o que aumentou tanto o valor da terra urbana quanto a especulação imobiliária em Lagoa Seca, fato que contribuiu para o crescimento urbano do Município.

A população de menor poder aquisitivo não conseguiu acompanhar tal crescimento e viu no Loteamento Cidade Bola Coutinho a solução. Como havia muita gente sem moradia o prefeito da época senhor Francisco José de Oliveira Coutinho optou por deixar o projeto de lado e apenas dividir o terreno em pequenos lotes e doar a população que pagou apenas um documento registrado em cartório por cada lote.

A falta de planejamento na Vila Florestal, as doações e autoconstruções desordenadas e irregulares, geraram grandes problemas considerados urbanos, em uma área rural que não oferecia estrutura para tal adensamento populacional. Não se pensou em formas para a população se devolver economicamente, já a falta de gestão de inúmeros políticos que

passaram pela Prefeitura Municipal e a falta de investimentos e apoio por parte do Estado causaram grandes danos à população que ficou excluída da cidade.

A falta de políticas públicas aliadas à infraestrutura precária, desigualdade social, a violência e ao preconceito o qual os moradores da Vila estão expostos tornam a área segregada tanto social quanto espacialmente, visto que o valor da terra mais barato e os maiores índices de violência da cidade encontra-se na Vila Florestal.

Para nortear tal estudo se fez necessário perguntas como: Como se deu o processo de organização espacial da Vila Florestal dentro da estratégia de desenvolvimento urbano da cidade de Lagoa seca? Como se deu a origem da Vila Florestal? Como se deu o processo de planejamento e consolidação do local enquanto área Peri urbana? Quais os elementos que expressam a caracterização do local como espaço segregado?

A pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de organização espacial da Vila Florestal dentro da estratégia de desenvolvimento urbano da cidade de Lagoa Seca – PB. Institui-se, portanto, como objetivos específicos: Analisar os fatores de formação socioespacial da Vila Florestal; como se deu a escolha do terreno e a divisão dos lotes; Definir os elementos que expressam a caracterização do local como espaço segregado.

Como Metodologia foi utilizado: Entrevistas com ex-moradores (pessoas mais antigas que moraram no sítio Imbaúba, antes de haver as doações dos terrenos e a consolidação da Vila Florestal); moradores antigos (idosos que presenciaram a doação dos terrenos e as transformações ocorridas na Vila Florestal); donas de casa (relataram as dificuldades do local desde os primórdios até aos dias atuais), líderes comunitários (que expuseram os problemas urbanos, as dificuldades da Vila Florestal), foram entrevistados também gestores e ex-gestores políticos do Município (que explicaram o contexto histórico e as políticas públicas desenvolvidas na área de estudo ao longo das gestões), funcionários públicos e Secretários Municipais como (da Agricultura e Abastecimento, da Infraestrutura, da Saúde, da Assistência Social bem como da Escola, do Posto de Saúde, da Creche e do Campus II da UEPB localizados na Vila Florestal), mapeamento, registros fotográficos e observações *in loco*. Para tanto utilizou-se o Método fenomenológico.

Sobre a relevância da pesquisa é de suma importância analisar o espaço dentro da perspectiva geográfica, uma vez que estes estudos podem demonstrar, por exemplo, a heterogeneidade dos espaços das cidades. Neste contexto torna-se fundamental entender a desigualdade dos bairros, ruas e comunidades carentes como a Vila Florestal, em pequenos

Municípios como Lagoa Seca. Analisar o surgimento da Vila, como se deu o processo de ocupação e consolidação do local enquanto espaço segregado. Assim, este estudo torna-se relevante no âmbito de trazer possíveis esclarecimentos à população local e referência para pesquisadores que estudam outras temáticas e precisam de evidências sobre a área, além de fomentar possíveis discussões e outras pesquisas sobre a área estudada.

Este trabalho ainda visa refletir e traçar a linha histórica da Vila Florestal desde o seu surgimento até os dias atuais, fomentar posteriores discussões sobre a localidade visto que a mesma foi esquecida ao longo dos anos e auxiliar nas análises de espaços semelhantes. Além de trazer maiores subsídios e informações para o próprio Município, inclusive podendo se tornar pauta para discussões de posteriores projetos urbanos para a área estudada, pois sabe-se que a mesma é carente tanto de planejamento e gestão quanto de investimentos por parte do poder público.

Com relação as dificuldades encontradas, sem dúvida, a falta de informações e dados da Vila Florestal por parte do Município foi a maior delas, as Secretárias Municipais não dispõem de dados concretos, e quando tem são números desatualizados sobre a comunidade. A maioria das informações para compor esta pesquisa foram baseadas em entrevistas com os moradores e alguns profissionais como: professores, profissionais do Posto de Saúde e Defesa Civil que por meio de perguntas foram relatando o que sabiam sobre a área de estudo. Para a fundamentação da pesquisa buscou-se matérias em jornais e fotos antigas porém, não foram encontrados, principalmente devido as poucas condições financeiras da população que ocupou inicialmente a Vila Florestal.

Para fundamentar teoricamente a pesquisa foi essencial a leitura de obras de autores como: Sposito (1989; 2008), Carlos (2011; 2015; 2016), Abreu (1988; 1994), Abreu e Vaz (1991), Mata, Costa e Souza (2015), Souza (2006; 2007; 2010), Valadares (2000), Santos (1985; 1988; 2005), Corrêa (2016; 1948; 1995), Santos (2014), Sales (2016), Maricato (2001; 2015), Santos (2007), Souza (2011), Vasconcelos (2016), que deram subsidio teórico para a realização da pesquisa.

A monografia está dividida em três partes, no primeiro Capítulo será abordado questões como industrialização, a migração da população do campo para o centro das cidades causando a superlotação dos mesmos, a formação de cortiços, o surgimento das favelas no Brasil e o processo de urbanização, a produção do espaço brasileiro que se urbanizou de diferentes maneiras se mostrando fragmentado o que vai gerar ainda mais divisão, segregação

e exclusão das pessoas que tem menor poder aquisitivo por fim discutido a urbanização tardia das pequenas cidades como Lagoa Seca que se desenha de maneira lenta e muitas vezes fragmentado.

Já no segundo Capítulo será discutido a desigualdade nas pequenas cidades, o direito à moradia onde será trabalhado a questão das leis previstas na Constituição Federal de 88, Estatuto da cidade e Plano Diretor, para uma breve análise nas leis e estatutos que garantem uma moradia digna e mostram o papel do Estado quanto principal órgão responsável por garantir estes direitos, as categorias geográficas espaço e lugar, a caracterização histórico geográfica do Município estudado e a dificuldade de diferenciar os espaços rurais dos terrenos urbanos em pequenas cidades como Lagoa Seca onde os espaços rurais estão se transformando em áreas urbanas pela valorização da terra pelo mercado imobiliário, além de trabalhar a questão da desigualdade dos espaços dentro do próprio Município.

No terceiro Capítulo, será abordado as faces da segregação, que abordará a auto segregação e a segregação induzida, A segregação socioespacial no Município, o processo de construção e ocupação da Vila Florestal, onde será descrito todo o processo histórico desde a construção da Vila até os dias atuais. Inclusive o favoritismo político e a troca de voto pela terra e toda ajuda ao longo dos anos, toda exclusão, desigualdade e falta de políticas públicas no local e por fim uma análise crítica dos problemas sociais da Vila Florestal.

1 INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO

Após as Revoluções Industriais o mundo começa a vivenciar uma transformação no setor de produção, uma verdadeira revolução nos modos de produzir onde os produtos eram feitos de forma artesanal passam a ser produzidos em grandes fábricas com a utilização de maquinários, levando o aumento da fabricação em um espaço de tempo muito menor que o processo artesanal.

A chegada das máquinas e o aumento do número de fábricas concentradas nas áreas centrais das cidades gerou centenas de empregos, muitas pessoas deixaram a vida no campo para trabalhar nestas fábricas o que desencadeou na elevação do êxodo rural. Com o processo de industrialização e o contingente de pessoas saindo da zona rural em busca de emprego nas cidades de forma desordenada, causou profundas alterações visto que estas não estavam preparadas para comportar tantas pessoas.

Levando em consideração que a Europa ainda era tipicamente rural, os donos das fábricas tinham tanto matéria prima abundante, como mão de obra barata, já os operários eram obrigados a conviver com a falta de infraestrutura dos locais de trabalho e as péssimas condições que afetavam a saúde. Onde segundo Sposito:

Há registros referentes à primeira metade do século XIX, que apontam para jornada de trabalho de até 16 horas diárias na Inglaterra, incluindo-se o trabalho de mulheres e crianças, que precisavam também vender a sua força de trabalho para garantir a sobrevivência familiar. (SPOSITO, 1989, p. 48)

Nas cidades o aumento do número de pessoas habitando locais próximos as áreas fabris cresceu de forma desordenada, os salários baixíssimos por causa da lei de oferta e da procura levava mulheres e crianças a trabalharem nestes espaços para garantir o sustento da família. A excessiva jornada de trabalho aliada as péssimas condições as quais os trabalhadores eram submetidos e as moradias inadequadas elevou neste período a taxa de mortalidade.

Os baixos valores pagos pela mão de obra destas pessoas obrigavam a grande massa operária a morar em amontoados chamados cortiços, caracterizados pela falta de segurança, infraestrutura, saneamento básico o que elevou ainda mais os índices de uma série de doenças como a leptospirose e a pneumonia pondo a saúde da população em risco, com o passar dos anos e as lutas por melhores condições de trabalho e conseqüentemente de vida, os espaços da cidade são transformados de acordo com as necessidades da população que ali habitam.

Tal contingente de pessoas habitando as cidades causou um alargamento das mesmas sobre as áreas rurais ocasionando na transformação dos espaços rurais em espaços urbanos, com o crescimento das cidades e das práticas inerentes a elas, assim inicia o processo de urbanização destas cidades.

Com o avanço da tecnologia, e a invenção de novos maquinários e inúmeros produtos aliados a evolução na área de saúde e a descobertas das vacinas e das penicilinas levaram as cidades começaram aos poucos a se modernizar. Com o melhoramento das condições de vida e as oportunidades de emprego na cidade tornaram-se atrativos para a migração continua do homem do campo que ansiava melhores condições de vida para família.

No século XIX a população brasileira estava fragmentada. Enquanto a região Sudeste estava consolidada na zona rural, pois a exportação do café garantia aos cafeeiros principalmente na área que corresponde atualmente aos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo grandes lucros. Já no Nordeste do país um extenso período de estiagem impossibilitou grande parte das lavouras, isto aliado a falta de investimentos do governo gerou grandes impactos à população nordestina, que para fugir da fome parte migrou para o Sudeste do país em busca de melhores condições de vida. Com a mão de obra barata foi construída linhas ferroviárias e os portos que possibilitavam o escoamento e exportação do café.

Porém, com a crise do setor cafeeiro no ano de 1929 obrigou aos donos de cafezais a utilizar os valores arrecadados com o produto na busca de novos investimentos para a Região. Decidiu-se então aproveitar a mão de obra barata vinda da Região Nordeste do País, as linhas ferroviárias, os portos e a matéria prima abundante para a produção industrial, que levou á industrialização da Região Sudeste.

1.1A produção de um Brasil urbano

No Brasil, o processo de industrialização teve seu início de forma tardia e esteve totalmente ligado à produção e exportação do café. Cujas produção em maior escala estava nos estados da Região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Após a crise do café no ano de 1929 utilizou-se então o capital adquirido com a produção e exportação do produto na busca por outras alternativas para o desenvolvimento do país.

Contudo as estruturas montadas para o escoamento do café passaram a ser utilizadas para a produção industrial, visto que o Brasil era um país tipicamente agrícola, dispondo tanto

de matéria prima e mão de obra barata dos trabalhadores que ficaram desempregados com a crise do setor cafeeiro, quanto de condução utilizados para o transporte do café como: ferrovias e portos. Investiu-se então na produção industrial que inicialmente se voltou para os setores têxtil e alimentício.

Fatores como o crescimento acelerado dos centros urbanos causados pelo fenômeno do êxodo rural, ocasionado pela queda na exportação do café, onde pessoas que trabalhavam nos cafezais buscavam nas cidades oportunidade para trabalhar gerou um aumento no consumo de produtos e a necessidade de maior produção, impulsionou-se então o processo de industrialização do Brasil.

Após a década de 1930 houve um aumento gradativo do êxodo rural no país explicado por fatores como: a industrialização das cidades da Região Sudeste, a concentração fundiária levou centenas de pessoas a saírem da zona rural em busca de moradia e emprego nas cidades. A busca por melhores condições de vida só aumentou nas décadas seguintes elevando os índices da população urbana e transformando o país tipicamente agrícola em um país urbano/industrial. Segundo Santos (2008, p. 31):

Entre 1940 e 1980, dá-se uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%. Em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa de 77%, ficando quase igual à população total de 1980.

Ao passo que a concentração fundiária e a mecanização do campo afastou a população de menor poder aquisitivo da zona rural. Oportunidades de emprego aliadas a melhores condições de vida nos grandes centros urbanos cuja oferta de serviços, como saúde, educação e transporte, eram maiores atraíram cada vez mais a população do campo para as cidades alterando o que na década de 40 era um país tipicamente agrário, com cerca de 26,35% quatro décadas depois é transformado em um país, cuja população urbana passa de 77%.

Mesmo com altos índices de urbanização, tal processo ainda ocorre de maneira distinta em cada região. A região Sudeste apresenta os maiores índices tanto pelo processo de industrialização no país ter iniciado por esta região, quanto pelo contingente de migrantes de outras regiões do país na busca de melhores condições de vida. Vale salientar que o processo de urbanização no país não ocorre de maneira homogênea, tal processo ocorre de diferentes maneiras nos mais diversos lugares de uma região.

Portanto estas distintas formas de urbanização trará desigualdades dentro da própria cidade, uma vez que alguns bairros serão mais urbanizados que outros, pois, tal processo ocorre de acordo com as necessidades da população que vai moldando e transformando o espaço. Dessa forma:

A produção do espaço, em especial do urbano, ocorre a partir do trabalho e da ação de todos os agentes sociais, mas é apropriada de maneira desigual, uma vez que as classes dominantes detentoras das forças produtivas articuladas ao Estado, ou na maioria dos casos utilizando-se dele, produz uma cidade socioespacialmente desigual e segregada, onde as elites residem em áreas privilegiadas e centrais, desfrutando dos serviços públicos e as populações pobres são induzidas a residirem em áreas marginais e precárias. (MAIA, COSTA E SOUZA, 2015, p.103)

O processo de urbanização também divide a população, logo os melhores e mais caros terrenos nas áreas centrais da cidade são ocupados por pessoas de maior poder aquisitivo, já a população de baixa renda procura áreas que não sejam distantes do local de trabalho mas que ofereça um preço menor.

Tais áreas estão associadas a locais onde há pouco ou não há investimentos por parte do mercado imobiliário, conseqüentemente o valor da terra é baixo. Estas áreas não dispõem de infraestrutura e o apoio vem por parte do Estado que chega até essas pessoas de modo fragmentado. Entretanto:

Ao longo do processo histórico a produção da cidade vai se revelando como modo de segregação de grupos e indivíduos. Hierarquizados social e espacialmente, os indivíduos participam da sociedade desigualmente em que o público como subdivisão e negatividade e aparece mais como possibilidade do que realidade presente. (CARLOS, 2011, p. 135)

Os indivíduos ocupam os espaços da cidade de diferentes maneiras, pois é a maior condição financeira que garante os melhores espaços e equipamentos da cidade. Logo a população de menor poder aquisitivo ocupa as áreas cujo valor da terra são os mais baixos por não apresentarem outra opção de moradia. As pessoas de classes mais elevadas ocupam os melhores espaços da cidade cujo valor da terra são exorbitantes e o custo de vida é alto. Nestes últimos espaços estão concentradas também a maior parte das obras públicas.

Neste sentido o processo da produção da cidade garante que os melhores espaços, com mais características urbanas são moldados pelo mercado imobiliário se tornando espaços privilegiados na cidade. Conseqüentemente estes espaços são os mais caros e destinados a classe alta que paga por melhores serviços. Já a população pobre é separada e fica a margem da sociedade, dispondo apenas dos serviços básicos essenciais para a sobrevivência.

1.2 O processo de urbanização das cidades brasileiras

No Brasil, o processo de urbanização se inicia em decorrência da industrialização e do êxodo rural que levou muitas cidades como: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador em um curto período de tempo perderem particularidades rurais e se tornarem cidades cada vez mais urbanizadas na maior parte das suas características, porém o processo de urbanização se deu de modo tardio se levado em consideração o mesmo processo em alguns países europeus.

O contingente de pessoas migrando para as cidades e busca de empregos e de melhores condições de vida levaram ao superlotação das áreas urbanas sobre as espaços rurais. Como foi tratado no início do capítulo, as áreas centrais da cidade ocupadas pelas fábricas e cortiços não dispunha infraestrutura. Não havia saneamento básico e os dejetos corriam a céu aberto o que elevou tanto os índices de doenças causadas pelas más condições as quais a população estava exposta quanto os índices de mortalidade como um todo, eram áreas ocupadas pela população de baixa renda que moravam próximo do local de trabalho. A urbanização das cidades, está diretamente ligada as décadas de 50 a 70, período em que a industrialização se dava de forma bastante intensa.

Na Europa por outro lado, países como a Inglaterra que passou pelo processo de urbanização, transformou áreas urbanas antes marcada por cortiços, falta de higiene e local de moradia para os operários de fábricas em locais cuja beleza atraía a população mais abastada e consequentemente com melhores condições financeiras a morarem no centro da cidade.

Vale ressaltar que, no Brasil, o aparecimento das primeiras habitações precárias estão relacionadas ao início da colonização portuguesa. Porém as referências constam que a formação das primeiras aglomerações precárias denominadas como favela surgiram no Rio de Janeiro, capital brasileira da época, tais habitações datam do final do século XIX e início do século XX.

Neste período o país sofreu momentos conturbados com os conflitos políticos, além das grandes transformações com ênfase na transição entre o fim do modelo de administração Imperial² e o início do governo Republicano que trazia consigo as ideias de mudança, ordem e progresso principalmente para a então capital do Brasil. Com a imagem de modernização e progresso do centro urbano do Rio de Janeiro até então capital, pensou-se trazer modelos de

² Caracterizada pela política de expansão e domínio territorial, cultural e econômico de uma nação sobre outras.

sociedades europeias urbanizadas e bem desenvolvidas para o Brasil no intuito de modernizar o país, iniciando por sua capital.

Com a chegada das indústrias nas áreas centrais, a população operária buscando morar próximo ao local de trabalho construíram moradias conhecidas como cortiços e estalagens, que são um tipo de moradia coletiva para operários das fábricas localizadas na área central da cidade, esse tipo de moradia é conhecido pela precariedade pois, estas instalações não ofereciam estrutura para comportar esses operários, então eram muitas pessoas para poucos quartos.

Devido à falta de higienização das áreas onde se estalavam os cortiços e estalagens havia um alto índice de epidemias como a malária, febre amarela, tuberculose e pneumonia. Contudo o desejo de modernizar e desenvolver a então capital do Brasil trouxe como um dos principais projetos o de “limpar” a cidade, ou seja, retirar a população pobre do Centro da cidade. Para tanto foram realizadas algumas reformas urbanísticas³ além da política higienista que consistia em eliminar os focos de epidemias nas áreas centrais da cidade. Diante disso Abreu (1988, p. 42) dirá que:

Sede agora de modernidades urbanísticas, o centro, contraditoriamente, mantinha também sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. (...) A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela.

Com a política higienista e as reformas urbanísticas, a elite decidiu eliminar todos os cortiços e estalagens que havia no centro da cidade com a intenção de afastar os pobres das áreas que seriam modernizadas, pois estes eram considerados uma classe ameaçadora uma vez que, ofereciam riscos à saúde pública devido às epidemias e as condições precárias existentes nos cortiços, isto deixou centenas de operários sem moradia.

A retirada dos cortiços das áreas centrais acarretou um alto déficit habitacional⁴, pois, não se tinha políticas públicas voltadas para as habitações populares que realocassem

³ Reforma urbanística constitui no inverso do espírito da reforma urbana. Enquanto, a primeira refere-se a uma remodelação do espaço físico. A segunda está relacionada a uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social. (SALES 2017).

⁴ Relaciona-se a quantidade de cidadãos sem moradia ou em moradias construídas de forma irregular em uma determinada região

estas pessoas para moradias seguras com isto a população foi sendo expulsa do centro urbano e não tinham muitas opções de moradia, a parcela desta população que tinha poder aquisitivo um pouco melhor optaram por morar nos subúrbios⁵ cariocas, a grande maioria que não tinham condições financeiras para habitar os subúrbios e pagar transporte diariamente para as fabricas foram praticamente obrigados a se aglomerar e construir suas moradias nos morros, alguns poucos que resistiram e continuaram a luta ocupando os pouquíssimos cortiços que restaram no centro urbano tiveram que pagar aluguéis altíssimos.

A parcela de operários expulsos das áreas centrais da cidade se viram obrigados a construir suas moradias nos morros do Rio de Janeiro, dando origem a primeira favela com moradias precárias visto que os moradores não tinham condições econômicas favoráveis a construção de casas bem estruturadas, criou-se assim as primeiras aglomerações precarizadas nos morros da então capital do Brasil. Constata-se esse processo de construção em direção aos morros, no ano de 1907, no “Jornal Correio da Manhã” trará que:

[...] ‘para a grande leva de banidos’ da cidade, ou seja, para aqueles que haviam sido expulsos da área central pelas obras da reforma, ou que eram agora expelidos dali pelo grande aumento do valor dos aluguéis, só restavam mesmo ‘as montanhas agasalhadoras ‘... (isto é) ... quase todos os morros que formam a cinta da cidade (JORNAL CORREIO DA MANHÃ apud ABREU 1994, p. 38).

Como trata parte da matéria publicada no “Jornal Correio da Manhã”, jornal de circulação da época, o progresso originado com a proposta de modernização e as reformas urbanísticas, trouxe benefícios para uma parcela da população a elite da época, porém, a grande parte da população perdendo não somente seus locais de moradia, como também a sua identidade histórica vivida e relatada através dos cortiços.

Esta parcela “expulsa” dos cortiços, sem escolha migraram para os morros a fim de recomeçar suas vidas em áreas de vulnerabilidades e riscos constantes. Pois sabe-se que morros e encostas são áreas de incertezas e uma vez que é retirada a vegetação presente no local e inicia-se o processo de construções desenfreadas e sem estrutura, saneamento ou estudos de área, o local corre sérios riscos de desabamentos, desmoronamentos e outros males.

⁵ Bairros ou aglomerações que não estão localizados na área central da cidade, porém não são periferias ou favelas.

Outro fator que resultou em um aumento significativo no número de pessoas habitando os morros foi o fim da escravidão em 1888 este fato contribuiu relevantemente tanto para o adensamento populacional quanto para o crescimento destas áreas precárias, pois quando os escravos foram libertos das fazendas uma parcela destes foram para o Rio de Janeiro em busca de trabalho e melhores condições de vida, como estes não tinham dinheiro foram obrigados a construir suas habitações nas favelas junto aos operários das fábricas expulsos dos cortiços.

Além da crise habitacional gerada pela reforma urbana, outros fatores também influenciaram o aumento do número de pessoas morando nas favelas da então capital, como os soldados vindos da Revolta da Armada⁶ e da Guerra de Canudos⁷, estes eram formados em parte por pelos escravos que haviam sido libertos pela Lei Aurea⁸ e participaram da guerra como voluntários acreditando que quando retornassem teriam garantidos benefícios como moradia.

Quando retornaram o governo enfrentou problemas quanto a locais para acolher os soldados, foi a fim de resolver a situação que o coronel Moreira César permitiu que fossem construídos barracos de madeira na encosta do Morro de Santo Antônio inicialmente para abrigar os soldados porém a população que não tinha onde morar apropriou-se também do espaço para construir suas habitações. Souza dirá que:

Com a ocupação do Morro da Providência pelos soldados vindos da batalha em Canudos, este morro começou a ser chamado pela população de ‘Morro da Favela’, denominação que aludia à vegetação encontrada no semiárido nordestino, chamada Favela. Inicialmente, esta denominação correspondia apenas ao Morro da Providência, no entanto, posteriormente, a palavra favela é substantivada e passa a designar os aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros na cidade do Rio de Janeiro. (SOUZA, 2010, p. 14).

⁶ Revolução liderada pelo baiano Custódio José de Mello, contra a permanência no poder, do governo do vice-presidente Floriano Peixoto, que os revoltosos declarando ilegítimo, exigiam uma presidência interina até a convocação de novas eleições. FILOSOFANDO E HISTORIANDO, Disponível em: <https://filosofandohistoriando.blogspot.com/2010/03/> Acesso em:17-08-2017.

⁷ Confronto no interior do estado da Bahia entre um movimento popular de fundo sócio-religioso e o Exército da República, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos.

⁸ Legislação oficial que determinou a **abolição da escravatura no Brasil**, em 13 de maio de 1888, oficialmente conhecida Lei Imperial nº 3.353.

Assim, surge a favela como tudo aquilo que não se deve conter no centro urbano, como aquilo que foi retirado da paisagem pois atrapalhava o progresso e a modernização, a favela então surge para dar lugar a tudo aquilo que já pertenceu a cidade, porém agora não tem mais espaço. O centro urbano do Rio de Janeiro segue a ideia de modernidade das sociedades estrangeiras pois a mesma vai servir de modelo para os outros centros urbanos do País.

viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação, ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela (ABREU e VAZ, 1991, p. 3).

A cada passo que a cidade dá para o crescimento o que não “serve” vai ficando de lado e adentrando aos espaços da favela. Que era apenas um apelido dado pelos moradores ao Morro da Província e posteriormente foi substantivada para caracterizar todos os espaços, aglomerados e locais sem a mínima organização marcados na maioria das vezes pela violência, vulnerabilidade, falta de estrutura etc. até 1930 as favelas brasileiras eram característica apenas no Rio de Janeiro. Valladares afirma que:

Passados 50 anos do nascimento da primeira favela é que foi tomada a decisão de realizar um recenseamento específico sobre esse tipo de aglomerado e seus habitantes. Seu caráter de “espaço provisório” certamente contribuíra para que não lhe fosse dado qualquer destaque nos censos oficiais de 1920 e 1940. Lembremos que somente em 1937, com o Código de Obras, a favela passa a existir oficialmente como parte do território do Distrito Federal. (VALLADARES, 2000, p.80).

A favela exista como território dos mais desfavorecidos, estas áreas eram observadas como espaços provisórios onde as pessoas ficavam apenas enquanto se estabeleciam financeiramente, por isso não apareciam nos censos demográficos realizados pelo IBGE, é como se a população que morasse nas favelas “sumissem do mapa” e reaparecessem apenas 50 anos depois onde provavelmente já havia um maior desenvolvimento e organização destes espaços.

Em 1937 as favelas começam a ser consideradas como realidade existente e constante no espaço urbano do Rio de Janeiro tornando-se foco das preocupações oficiais dos planos de governo e tendo os seus dados oficiais no IBGE em 1950, sendo os primeiros dados estatísticos das primeiras favelas no Brasil.

Com o processo de urbanização do Rio de Janeiro outras cidades começam a se urbanizar de forma rápida nas maiores e mais desenvolvidas cidades brasileiras, que por falta

de gestão e políticas públicas eficazes fizeram o processo de urbanização acontecer de maneira desigual e heterogênea, aumentando a exclusão da população mais pobre e levando esta parcela da população para locais mais afastados gerando crescente desigualdade dentro das cidades.

O processo de produção da cidade tem por característica fundamental produzir um produto que é fruto do processo social de trabalho, enquanto processo de valorização, que aparece sob a forma de mercadoria, que se realiza através do mercado; isto é, a terra urbana é comprada e vendida no mercado imobiliário enquanto mercadoria. (CARLOS, 2015, p. 28)

Sendo assim as áreas centrais da cidade que davam lugar aos cortiços agora são terrenos para uma nova fase da sociedade, os espaços urbanos são modificados de acordo com cada tipo de sociedade, ajustando-se as necessidades de cada época. Os cortiços dão espaço a centros comerciais, lojas, parques entre outros ambientes.

Nas pequenas cidades brasileiras como Lagoa Seca o processo de urbanização se deu de forma ainda mais tardia e fragmentada, algumas pequenas municípios brasileiros se quer passaram por tal progresso, grande parte destes municípios surgiram por luta para emancipação de outras cidades ou apenas para receber verbas do Governo Federal. Não se preocupando com o planejamento, produção e desenvolvimento da cidade.

Nas pequenas cidades moderniza-se apenas uma pequena parcela do centro da cidade. É nesta pequena parcela que há infraestrutura e se localiza os serviços essenciais. Em Lagoa Seca esta parcela de infraestrutura se localiza no centro da cidade e nas áreas próximas a BR 104, onde estão localizados os terrenos mais caros do município sendo especulados e a maioria dos condomínios de médio e alto padrão, ocupados em sua maioria por pessoas que residiam em Campina Grande e por motivos de comodidade decidiram morar nestes condomínios horizontais fechados. Vale salientar que esta população não utiliza os espaços públicos de Lagoa Seca, logo suas necessidades são supridas na cidade de Campina Grande.

Já para a população de baixa renda que não pode escolher onde morar pelo alto valor da terra urbana, estes procuram espaços como a Vila Florestal que é um espaço rural com características urbanas criado sem o mínimo planejamento para diminuir o déficit habitacional da cidade. Sem a mínima infraestrutura os moradores sofrem por estar segregados tanto socialmente quanto espacialmente aumentando a exclusão social e a desigualdade no município.

Espaços segregados não são característicos apenas de grandes centros urbanos, estes se apresentam tanto em grandes quanto em pequenas cidades visto que a pobreza é critério de separação da população. Que sofre com a fragmentação dos espaços dentro das cidades e são induzidos pelo alto valor da terra a ficar separados e não usufruir dos espaços da cidade como deveriam.

1.3 A urbanização tardia das pequenas cidades

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a urbanização se deu de forma tardia e pequenas cidades este processo se apresentou de forma fragmentada, lenta e muitas vezes problemática, visto que alguns municípios ainda não iniciaram o processo de urbanização. Como não houve planejamento na grande maioria destas cidades, esse processo vem acompanhado de graves problemas. A maioria das pequenas cidades apresenta principalmente problemas de déficit habitacional.

As áreas centrais das pequenas cidade que anteriormente eram habitadas por uma população heterogênea, com a urbanização tornaram-se terrenos para uma nova fase da sociedade, os espaços urbanos são modificados de acordo com cada tipo de sociedade ajustando-se as necessidades de cada época. As casas populares dão espaço a comércios, lojas, condomínios residenciais entre outros ambientes. Portanto:

Todos os espaços são geográficos porque determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem como o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. (SANTOS, 2014, p. 67)

Estas características abordadas por Santos formam uma espécie de teia de relações capaz de moldar a sociedade, esta por vez ira adaptar as cidades deixando com as características sociais, econômicas e culturais da população que residem em determinados espaços, este conjunto de ações tecem cada sociedade única em dado momento histórico com

as características peculiares de cada área. Os centros urbanos que passam por processos de urbanização acabam marcando estes núcleos como áreas de características peculiares da elite, uma vez que esta classe domina as áreas urbanizadas.

As áreas centrais que passaram por transformações urbanas por terem uma elevação no nível social e passa a ser marcada por espaços comerciais e áreas onde o valor da terra aumenta de forma exorbitante por oferecem melhores serviços, logo a população de baixo poder aquisitivo tendem a se afastar das áreas centrais em busca de terrenos com menor valor, estes se encontram geralmente em áreas afastadas em que o mercado imobiliários ainda não tem interesse de investir. Maricato dirá que:

A ocupação indiscriminada de várzeas, encostas de morros, áreas de proteção de mananciais, beira de córregos, enfim, áreas ambientalmente frágeis e ‘protegidas’ por lei são as mais agredidas pela falta de alternativas de moradia no mercado legal, para a maior parte da população das metrópoles e cidades grandes. A questão fundiária e imobiliária está na base do travamento desse mercado” (MARICATO, 2001, p. 86).

Com o rápido processo de urbanização, especulação imobiliária das áreas centrais e o aumento do valor do solo urbano a população de baixa renda perece pois as políticas públicas voltadas para a moradia da população de menor poder aquisitivo não acompanha o avanço da urbanização, é por não ter espaço nos solos urbanos que as famílias mais pobres procuram os terrenos mais baratos para autoconstruir suas moradias, a maioria destas pessoas são “empurradas” para espaços desprezados da periferia. Por consequência estes locais são recintos de proteção, beiras de rios e córregos ou áreas de risco. Deste modo:

Coube a esta parcela ocupar as periferias, com seus terrenos baratos pela ínfima ou total falta de infraestrutura ou construindo as favelas nas áreas onde a propriedade do solo urbano não vigora isto é, terrenos em litígio ou de propriedade pública. Esse processo produziu a explosão da cidade antiga com a extensão do tecido urbano, amontoando pessoas em habitações precárias. (CARLOS, 2016 p. 98)

Para a edificação destas habitações esta parcela da população não recebe nenhuma estrutura por parte do poder público, as construções se dão de maneira irregular trazendo riscos aos moradores, estas autoconstruções tornam-se desenfreadas formando as aglomerações, vilas e favelas onde a vulnerabilidade, a violência e a segregação torna-se marcas destas áreas. De maneira que:

É possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação, e a segregação induzida, que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro dos limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis. (CORRÊA, 2016, p. 43)

A segregação induzida acontece de forma excludente uma vez que as políticas públicas que visam a melhoria e valorização das áreas centrais nas pequenas cidades, a especulação imobiliária e o aumento tanto do valor da terra quanto a elevação do custo de vida tem levado a população de baixa renda a morar em locais cada vez mais distantes dos centros urbano criando além de uma segregação espacial a exclusão social onde é visível a separação desta população por classes onde os que têm mais ditam as regras e excluem ainda mais os que tem menos poder aquisitivo.

Este processo pode ser observado nos mais diversos níveis, a elite ocupa os espaços transformados estes lhe asseguram os seus direitos de gozar de uma vida plena, segurança e lazer, enquanto a parcela da população que vive nas áreas segregadas não dispõem de saneamento básico, convivem com a insegurança, com o risco de epidemias, desmoronamentos, além da falta de políticas públicas que garantam o cumprimento dos seus direitos, vulnerabilidades dentre outros males que assolam as pessoas que moram nas favelas e vilas que convivem diariamente com as desigualdades, a exclusão e o preconceito por serem dominados pelas elites que controlam a economia e o capital interno.

2. A DESIGUALDADE COMO DIVISOR DA SOCIEDADE

A industrialização e o processo de urbanização aliados ao mercado capitalista redefiniram as cidades e o modo de vida das pessoas, uma vez que as indústrias localizadas nas áreas centrais das cidades trouxe a população da zona rural para trabalhar nestas áreas fabris como descrito no capítulo anterior e o processo de urbanização visou transformar estas áreas centrais com características atrativas a população de maior poder aquisitivo. Elevando o valor da terra em áreas centrais gerando elevando a desigualdade entre a população.

A distribuição de renda de forma desigual aliada a fatores como: a má administração dos recursos, a lógica do mercado capitalista (consumo, mais-valia), a falta de investimento em áreas onde o mercado imobiliário ainda não tem interesse, elevam os índices de desigualdade entre a população. Que foi dividida pelo capitalismo em uma sociedade de classes.

Tal divisão se fortalece diariamente aumentando as desigualdades sejam elas econômicas ou sociais. O fato que é vivemos em uma sociedade dividida seja por economia, etnia, gênero ou região, a humanidade sempre buscou pontos para dividir a sociedade o que sempre causou rebeliões, guerras e lutas por direitos e igualdade o que está longe de acontecer pois a população de maior poder aquisitivo torna-se cada vez mais rica e a população pobre luta para se manter pelo menos o trabalho digno.

O desenvolvimento das áreas centrais, o aumento do valor da terra urbana, a especulação imobiliária de alguns terrenos levaram ao aumento do custo de vida nas cidades o que levou a população de menor poder aquisitivo a afastar-se de tais locais, levando esta

parcela da população a habitar nos subúrbios, favelas, Áreas de Preservação Permanente e em áreas de risco.

A desigualdade torna-se marca da sociedade onde a luta pelo poder e a mais valia separa cada vez mais a população rica da população pobre, o patrão do empregado. Tal relação tornasse acirrada com relação ao uso do solo urbano, porém, os quem tem maior poder aquisitivo compra os melhores espaços, quanto aos mais pobres estes ocupam os espaços que o seu pouco dinheiro pode pagar.

Falar de desigualdade em uma sociedade urbanizada é falar também em pobreza, pois, a transformação da sociedade reproduz um cenário de desigualdades cada vez maior, tornando tal fator o divisor da sociedade contemporânea. A globalização por exemplo foi pensada para a quebra de fronteiras tanto da informação, quanto da tecnologia o que prometia diminuir a desigualdade pois tais artefatos poderia chegar a cada vez mais rápido aos países tanto desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos, gerando igualdade entre eles.

O que não ocorreu pois tecnologias desenvolvidas em países de primeiro mundo não atingem toda a população em função das desigualdades de renda. Neste último a globalização causa ainda mais desigualdade uma vez que a tecnologia não chega de maneira igual para todas as classes, a população de menor poder aquisitivo continua a margem da sociedade e ainda sobre com a falta de políticas públicas que visem diminuir a exclusão.

No Brasil a desigualdade está presente na divisão de classe, nos mais diferentes aspectos, sejam eles, sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos. Vale ressaltar que na Carta Magna da Constituição Brasileira de 1988 em seu Art. 5º garantirá que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Porém, há profundas desigualdades entre os membros das cidades, o que se desenha pela estratificação sociedade em camadas ou classes.

Porém ao adentrar nas favelas, periferias e em bairros populares que a desigualdade e a segregação se delinea com intensa nitidez. A falta de investimento e políticas públicas que visem a diminuição da exclusão caminha a passos lentos enquanto o desenvolvimento das áreas centrais gerado pelo mercado imobiliário cresce gradativamente.

Com o aumento da população urbana no país que segundo o censo IBGE 2010 o percentual da população que vive em áreas urbanas é de 84,35% dentro deste percentual que a primeira vista parece ser homogêneo, está a população que vive nos apartamentos e condomínios nos melhores espaços da cidade usufruindo dos melhores serviços e a população pobre estratificada e ocupando os espaços mais baratos da cidade, não por opção mais por não

ter condições financeiras de se manter em outros espaços da cidade, estas pessoas dispõem de serviços de segunda qualidade.

Nas pequenas cidades tal desigualdade se desenha de forma ainda mais nítida, pois o poder público não demonstra interesse em lidar com tais estratificações de maneira que traga igualdade entre as partes. A população que mora na área central disfruta dos serviços públicos. Porém, a população que tem suas moradias mais afastadas dessas áreas sofre com serviços precários. Tanto nas pequenas cidades como nos grandes centros urbanos a desigualdade e a segregação funcionam como um divisor da população entre os de maior e os de menor poder aquisitivo.

2.1 O direito à moradia digna na cidade contemporânea

O processo de urbanização nas pequenas cidades brasileiras não é acompanhado por uma infraestrutura de qualidade, isto ocasiona consequências desfavoráveis ao meio ambiente uma vez que as cidades se desenvolvem sem a mínima projeção, isso acarretará danos irreversíveis, com a falta de disposição adequados para os efluentes e resíduos sólidos urbanos, distribuição de áreas de afluência de lençóis freáticos, indisponibilidade de água tratada, sistemas de esgoto e dentre outros tantos, causando sérios problemas a saúde humana e ao meio ambiente, uma vez que esses resíduos sólidos são depositados em lixões a céu aberto trazendo prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

A transformação do espaço rural em urbano sem atentar para questões ambientais em áreas que foram desmatadas para construção de casas sem qualquer estudo da área se transformam em vilas, favelas e comunidade carentes onde a falta de estrutura e o descaso por parte do poder público é evidente como na maioria das áreas periféricas brasileiras são marcadas pela falta de segurança. Portanto:

A não transformação da realidade associada à instituição da universalização do acesso a direitos, ratifica pela não qualificação do serviço dispensado a esta população, leva a um aparente cumprimento legal por parte do Estado de seu dever. No entanto, não redimensiona a condição efetiva de desigualdade social entre os cidadãos. (Souza, 2008, p. 134-135)

O poder público executa ações fragmentadas nestes locais levando a população a permanecer em situação de vulnerabilidade. Não há por parte do Estado organização de tal crescimento populacional nestas áreas, ficando em segundo plano as características físicas do meio e a vulnerabilidade a qual estas famílias estão expostas, ou mesmo por falta de profissionais capacitados para reconhecer tais circunstâncias, por falta de planejamento, gestão eficaz ou simplesmente pela falta de políticas públicas relacionadas às habitações populares. MARICATO (2015, p. 62) dirá que: O Judiciário parece esquecer-se de que o direito à moradia é absoluto em nossa Carta Magna, enquanto direito à propriedade é relativo à fundação social.

A moradia digna garantida como direito foi reconhecido e implantado como pressuposição para uma vida digna em que o cidadão é livre para gozar dos seus direitos, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e propagado na Constituição Federal de 1988, Garantindo ao cidadão direitos seguros por lei e geridos pelo Estado, este por vez é responsável pela criação de políticas públicas que garantam o cumprimento das leis e diminua as desigualdades sociais.

Porém a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo XXV estabelece que: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”. Para que um cidadão possa gozar de tais direitos é necessário porém que seja garantido uma moradia digna em que o mesmo esteja livre de problemas como insegurança, falta de infraestrutura e vulnerabilidades.

Porém a falta de políticas públicas sem dúvida é o maior causador de um grave problema que assola muitas cidades brasileiras, a segregação socioespacial em que famílias que saem das áreas centrais pelo aumento do custo de vida e acabam por procurar por áreas mais afastadas da cidade, aumentando de forma desenfreada a construção de casas em terrenos irregulares ou que oferecem algum tipo de risco. Na verdade, esse tipo de segregação é involuntário, porque não se dá de forma proposital, nem é forjada para tal, mas é resultante das condições econômicas que afastam as pessoas para locais mais baratos, porém com pouca, ou nenhuma infraestrutura e ou assistência do poder público. CORRÊA (1987) dirá que os grupos sociais excluídos sempre incorporam a contradição de morar na cidade e lutar pelo direito de acesso a ela.

Em razão das obrigações assumidas, o Brasil incluiu no Texto Constitucional, especificamente, no Título II, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 6º, com o princípio da Emenda Constitucional nº 26/2000, o direito à moradia como um direito fundamental para a vivência em sociedade em que o cidadão sinta-se estruturado para exercer sua cidadania e construir uma família afastada das mais diversas vulnerabilidades e segregações.

Ainda o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que teve sua aprovação em 2001 para regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, em que os mesmos afirmam que os municípios precisam criar políticas de desenvolvimento urbano para a concretização da “das funções sociais das cidades”, visando o bem-estar de seus habitantes e promovendo a diminuição da desigualdade social. Porém,

A ação do Estado é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como pelas alianças entre eles tonando viável a existência simultânea de interesses distintos. Os grupos sociais excluídos são aqueles que demandam, sobretudo, moradia nas cidade. Como o acesso à moradia ocorre em um processo seletivo por causa das condições da cidade capitalista, a casa é, em grande parte, produzida pelo sistema de auto construção de loteamentos periféricos. (SPOSITO, 2008, p. 26-27)

A maioria das áreas periféricas brasileiras padecem pela falta de segurança, o poder público tem dificuldades quanto à organização de tal crescimento, seja por falta de conhecimento das reais consequências destas construções desenfreadas, das características físicas do meio e da vulnerabilidade a qual estas famílias estão expostas, ou mesmo por falta de profissionais capacitados para reconhecer tais circunstâncias, por falta de planejamento ou simplesmente pela falta políticas públicas relacionadas às habitações populares, pois sabe-se que existem poucas.

2.2 A segregação socioespacial

Como exposto em capítulos anteriores o processo de industrialização trouxe modernização para o país. O grande número de vagas de empregos nas fábricas trouxe grande contingente de pessoas da zona rural para as áreas fabris na busca por melhores condições de vida e melhores serviços, porém cidades não estavam preparadas para receber tamanha quantidade de pessoas o que ocasionou no superlotação tanto das áreas centrais das cidades como dos cortiços.

Tal forma de moradia se caracterizou pela falta de infraestrutura e as condições precárias de habitações superlotadas, a jornada exaustiva de trabalho e os baixos salários, a falta de saneamento básico aumentou significativamente os problemas de saúde ligados a falta de limpeza nestas áreas o que ocasionou no aumento das taxas de mortalidade quanto a expectativa de vida.

Com as reformas higienistas e o processo de urbanização inicialmente da capital do país, a população que trabalhava nas fábricas e conseqüentemente moravam nos cortiços foram obrigadas a deixarem seus imóveis, os cortiços foram destruídos para a higienização das áreas centrais, com a urbanização estes espaços foram valorizados e ocupados pela população de classes sociais mais elevadas.

Já a população que morava nas áreas centrais foram obrigadas a encontrar outros espaços para morar, como os assalariados das fábricas ganhavam muito pouco pela sua força de trabalho estes não poderiam morar longe das fábricas, mas também não podiam pagar pelo alto valor da terra agora urbanizada. Restando ocupar os morros e áreas de preservação, surgindo assim as primeiras favelas, vilas e comunidades.

Estas edificações eram irregulares, precárias e sem assistência do poder público. Autoconstruções que se tornaram marca de uma sociedade dividida seja por classe, por espaços, nível econômico dentre outros. Tal processo se espalhou pelas cidades brasileiras e atualmente é marca, visto que os melhores espaços da cidade são ocupados pela parcela da população de maior poder aquisitivo. Já aqueles que não dispõem de tal recurso ocupam áreas onde o valor da terra é menor.

No caso as grandes cidades, por exemplo, ocorre geralmente a deterioração do centro e/ou das áreas centrais que passam a ser ocupadas por casas de diversão noturna, pensões, hotéis de segunda classe, zonas de prostituição. Isso faz com que os chamados “bairros ricos”⁹, localizados perto das áreas centrais, sofram uma mudança de clientela; os antigos moradores “fogem” para áreas privilegiadas mais afastadas, surgindo os bairros jardins, as chácaras, os condomínios “fechados”. É a moradia como sinônimo de status. A população mais pobre também procura as áreas mais distantes, mas por outros motivos: os terrenos são mais baratos, falta infraestrutura e existe a possibilidade de autoconstrução. (CARLOS, 2015, p. 41)

A diferenciação pode ser observada nas cidades pois esta divisão tem tornado a sociedade palco de desigualdade e luta por direitos. Pois para a Carta Magna que rege o país a Constituição Federal de 1988 garante que todo cidadão é igual perante a lei, porém basta

⁹ “Bairros ricos” Aspas utilizadas pelo autor

cruzar as cidades para perceber que a desigualdade prevalece perante o solo urbano. A segregação urbana ou segregação socioespacial é algo que marca a cidade contemporânea.

Os que tem melhores condições residem muitas vezes autosegregados em bairros nobres, condomínios verticais e horizontais de luxo, estas pessoas desfrutam de melhores serviços porque podem pagar a mais por eles como moradia, educação, saúde, transporte, segurança e lazer de qualidade. Enquanto a população que não pode pagar para desfrutar destes serviços são obrigados a utilizar os aparelhos públicos deficitários e defasados ao qual o governo dispõe.

Em Lagoa Seca tal afinidade entre os donos de terra e os promotores do setor imobiliário tem por consequência o aumento no número de condomínios de auto padrão que tem se tornado marca na cidade, estes estão localizados em áreas privilegiadas as margens ou próximos a BR 104 e dispõem de total infraestrutura, equipamentos de qualidade, segurança 24 horas há uma distância média de 04 á 06 Km do centro comercial de Campina Grande. De modo que:

Os condomínios fechados voltados para a classe alta e as favelas apresentam-se com formas logicas distintas de produção e localização na cidade de Campina Grande. Os edifícios e condomínios fechados considerados de alto padrão são produzidos a partir da interação/ relação dos proprietários de terras e promotores imobiliários. Estes empreendimentos buscam os locais de melhor acessibilidade, infraestrutura e amenidades existentes, e tais características são produzidas socialmente, porem apropriadas pelo capital, para obter maior lucro possível, gerado para aqueles que não podem pagar por essas construções mais modernas e melhor localizadas espaços de exclusão. (MAIA, COSTA e SOUZA, 2015, p. 102)

Outro fator que impulsiona este setor é a especulação imobiliária, o que eleva a preços exorbitantes o valor da terra urbana. Com o adensamento populacional na cidade terras rurais estão sendo vendidas para a construção de condomínios, transformando terras rurais em loteamentos urbanos para aumentar os impostos sobre a terra urbana (IPTU), esta construções de condomínios de luxo tem afastado a população de baixa renda destes locais, já que os serviços em seus intermédios e o valor da terra nestas áreas são bem mais elevados. Tais ações;

[...] empurra os pobres para além dos antigos limites, no contexto total de falta de regulamentação fundiária/ imobiliária ou, em outras palavras, de planejamento urbano, por parte dos municípios. A especulação corre a solta auxiliada por políticas públicas que identificam valorização imobiliária com progresso. (MARICATO, 2015, p. 57-58)

Já a população de baixa renda por falta de melhores salários estes são induzidos aos locais onde o mercado imobiliário ainda não tem interesse em investir, o preço da terra é menor porém oferecem riscos a população uma vez que os terrenos são enladeirados, à beira de córregos, áreas de proteção, não há saneamento básico, são locais que na maioria das vezes oferecem risco a vida humana, porém para esta parcela da população não há escolha pois os terrenos é o único espaço pelo qual podem pagar.

A moradia digna é direito garantido e reconhecido como base para uma vida digna para que o cidadão possa ser livre para gozar de outros direitos, desde 1948, descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos e propagado na Constituição Federal de 1988, Garantindo ao cidadão direitos assegurados por lei e que deveriam ser geridos pelo estado por meio de intervenção e políticas públicas voltadas para a garantia da moradia digna a população carente.

Nas cidades o déficit habitacional é grande e as políticas públicas voltadas para a habitação ainda são fragmentadas e em sua maioria má fiscalizada o que alimenta ainda mais a separação entre a população aliados a má distribuição de renda gera ainda mais desigualdade, aumenta a exclusão e separa a população tanto socialmente em classe quanto espacialmente por não ocupar espaços com a mesma qualidade dos serviços.

Assim os grupos socialmente iguais ocupam os mesmos espaços mantendo distancias das heterogeneidades de outros grupos, gerando a exclusão das classes mais baixas que lutam pelo direito aos espaços da cidade e melhores condições de vida e a disparidade de status das classes mais elevadas.

2.3 O espaço como marca de uma cidade desigual

Uma escola, parque ou nossas casas são constituídos e ao mesmo constituem o espaço que vai além da complexidade de uma categoria geográfica por abranger todas as outras como, por exemplo, o lugar a paisagem e até mesmo a região. O espaço apresenta diversas vertebres como é o caso do espaço sideral, espaço urbano, espaço econômico dentre outros, esta expressão é utilizada por uma diversidade de outras ciências como é o caso da matemática, astronomia, da biologia. Em tese o espaço geográfico é o conjunto de relações entre objetos, lugares, seres e natureza, onde o homem é o principal elemento transformador, pois é o único que interfere diretamente em todas as vias do espaço modificando assim a sua forma natural.

Não existem mais espaços naturais, pois de alguma forma o homem já os modificou; seja agindo *in loco* ou por reflexos de suas ações. Milton Santos, 2014, p. 12 dirá que: [...]” o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mas a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual”. Em cada metro quadrado, seja ele em terra ou no mar, em florestas ou desertos o homem já os modificou com construções urbanas, rurais ou com toda a poluição originada das grandes indústrias, sendo lançada na camada de ozônio toneladas de gases todos os anos, causando assim o aumento da temperatura global, o derretimento das calotas polares dentre outros fatores que modificam o meio.

O homem e seu desejo de expansão atuam como força motriz no processo de transformação do espaço, essa mudança ocorre de diferentes maneiras e nos mais diversos locais, pois estará diretamente relacionada a necessidade de cada fragmento da sociedade em determinada época tendo em vista que, com o passar do tempo algumas necessidades mudam e outras novas são criadas, acarretando na modificação dos espaços, criando centros nas pequenas cidades e os grandes centros urbanos em cidades de médio e grande porte, além da implantação das indústrias e as fábricas que geram emprego e renda para essas cidades.

Com crescimento do capitalismo, o desenvolvimento da tecnologia e o advento da globalização quebrando barreiras e diminuindo fronteiras muitos espaços são transformados; uma área que originalmente era uma mata, por exemplo, de acordo com a necessidade da população é desmatada para dar lugar a casas que posteriormente serão demolidas para dar espaço a lojas, condomínios, shoppings, indústrias dentre outros, transformando e projetando novos espaços com diversas funcionalidades a cada necessidade dos indivíduos expandindo cada vez mais o território das cidades e fazendo decrescer áreas que no passado foram florestas. De tal maneira que:

Cada *localização* é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas.

Não confundir *localização e lugar*. O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar. (Santos, Milton, 2014, p. 13).

Ao passo que as características históricas de um determinado espaço são transformadas por necessidades sociais e locais, algumas barreiras são quebradas como, por

exemplo, mais rodovias serão criadas amenizando problemas com o trânsito, como congestionamentos fazendo com que alguns percursos sejam feitos em um espaço de tempo muito menor que antes, comércios são criados para atender a necessidade da população e desenvolver a economia principalmente nas pequenas cidades onde o mesmo quase sempre está localizado as margem das rodovias, aquecendo assim a economia das cidades onde a maioria recebe ajuda do governo para desenvolver o comercio e a cultura da região.

Esta ação traz danos a como é o caso das matas nativas que são cada vez mais desmatadas assoreando os rios diminuindo a sua capacidade total de armazenamento, alterando a qualidade da água nas nascentes, a quantidade de lixo produzido aumenta conseqüentemente elevando a poluição a níveis alarmantes, a alta quantidade de gases como o CH₄, o enxofre, o metano e dióxido de carbono lançados na atmosfera oriundos das indústrias, fábricas, e carros causando chuva ácida na maioria das grandes cidades ou em seu derredor.

Um lugar pode conter diferentes características para a população ao passo que cada ser humano vai identificar particularidades singulares produzidas por sentimentos expressados de diferentes modos, isso vai formar uma série de significados dentro de uma determinada sociedade, onde objetos, lugares, e culturas ao serem mesclados se tornam identidades do lugar que vão sendo moldadas pela espacialização do ambiente.

Santos, 2014 dirá que “O que define um lugar é, exatamente, uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que formam um contexto e atingem todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar”. Ou seja, o que vai alterar de um lugar para outro são as relações dentro de cada sociedade, a cultura, a economia, relações de poder, a diferenciação de áreas, dentre outros fatores que moldam a paisagem do lugar.

O lugar pode fazer referência a uma escala seja ela regional ou local e pode estar relacionado a uma sociedade, a grupos ou apenas a dois indivíduos, pois o mesmo é um espaço apropriado para a vida onde existem relações sejam elas afetivas ou de poder, tendo em vista que em um mesmo lugar seja ele uma metrópole, uma cidade do interior ou apenas um bairro existem relações de poder expressas, por exemplo, nas ruas ou nas moradias quando se observa a diferenciação dos espaços onde num mesmo bairro existem as ruas de classe média alta que comumente existem: calçamento, água encanada e de boa qualidade, energia, saneamento básico etc., tendo em vista que a maioria dessas pessoas mora em condomínios fechados, pois são mais seguros e oferecem, mas conforto.

Nas pequenas cidades esses condomínios e bairros citados anteriormente são escolhidos em sua maioria pela proximidade com os grandes centros urbanos, que são mais perto que alguns bairros da própria cidade grande, além da cidade pequena oferecer, mas tranquilidade, comodidade, segurança, tem o trânsito mais calmo e algumas vezes são escolhidos por ficar, mas próximo das suas empresas além de receber um cuidado maior das prefeituras e governantes.

As ruas de classes mais baixas dispõem de poucos recursos como: energia elétrica, não existem calçamentos, nem saneamento básico e nas poucas ruas que existe água encanada não é de boa qualidade sendo apenas alguns dias na semana, quando isso não acontece o abastecimento se dá por meio de carros pipas ou poços e barragens mais próximas mesmo que a qualidade da água seja duvidosa. Alguns desses loteamentos são feitos à beira de córregos e esgotos a céu aberto aumentando os riscos de doenças como dengue, febre amarela, leptospirose dentre outras, na maioria dos casos se atenuam pelo descaso do poder público.

Essa diferenciação é bastante notória nas pequenas cidades onde os bairros de classe média alta são projetados e os de classes mais baixas são criados por pessoas que, na maioria das vezes recebem em torno de um salário mínimo, e não podem pagar por moradias luxuosas, optam por estas habitações apenas pela proximidade com as cidades maiores ou por serem próximos a seus locais de trabalho. Em muitos casos essas ruas são construídas em lugares inapropriados, colocando a vida de muitas pessoas em risco.

3 AS DIVERSAS FACES DA SEGREGAÇÃO

O aumento da desigualdade em uma sociedade cada vez mais celetista tem ocasionado a separação da população seja ela por religião, raça, nacionalidade, classe social, entre outros. A segregação visa em seu âmbito maior separar a sociedade por grupos. Segundo Corrêa, 1995. p.59 dirá que: “O conceito de segregação apareceu com a escola de Chicago. Sendo definido como um processo ecológico resultante da competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais”. Tal diferenciação de grupo gera a segregação de grupos homogêneos, onde, há bairros com infraestrutura para atender as necessidades dos mais ricos e bairros com pouca ou nenhuma infraestrutura para os mais pobres.

Neste capítulo analisaremos a segregação socioespacial na perspectiva urbana onde a população de classes sociais mais elevadas ocupam os melhores espaços da cidade e se auto segregam em bairros nobres ou nos condomínios residenciais de alto padrão, já a população mais pobre tende a procurar os terrenos mais baratos da cidade para construir suas habitações.

A auto segregação ocorre quando pessoas optam por se “separar da cidade” buscando uma melhor qualidade de vida, segurança, geralmente estas pessoas encontram nos condomínios fechados esta segurança. Tais condomínios dispõem de equipamentos como: academias, playground, brinquedotecas, piscinas alguns novos empreendimentos já dispõem

de escola, creche, lojas e espaços empresariais para que a população que reside nestes espaços tenha tudo que é necessário sem depender de espaços externos. Deste modo:

A *autosegregação* é resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis. (VASCONCELOS, 2016, p. 27)

Esta parcela da população não vive a cidade e os espaços públicos como deveriam, estas optam pelos condomínios. Em Lagoa Seca, tal processo tem se tornado corriqueiro onde a população da cidade de Campina Grande tem buscado fugir do caos da cidade, encontrando nos recém construídos condôminos de médio e alto padrão como os condomínios *Nações Residence Prevê*, *Atmosfera Residence*, *Atmosfera Residence Green* que dispõem de segurança 24 horas, equipamentos de lazer, áreas verdes com belas paisagens trazendo a visão do campo como lugar seguro, proximidade com a área central de Campina Grande. Portanto:

Trabalhar com a forma de propriedade territorial significa estudar o caráter geral das relações espaciais de produção e o monopólio de certas pessoas que está pressuposto na propriedade e que dá a elas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço geográfico como esferas privadas, excluindo os demais membros da sociedade e determinando como tal parcela será utilizada e qual classe social irá desfrutá-la. Isto se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social. No entanto, mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece como uma evidencia gritante, podemos perceber os traços da segregação. (CARLOS, 2015, pp. 47-48)

Tal valorização do mercado imobiliário sobre a terra urbana em Lagoa Seca tem levado o valor da terra a preços exorbitantes, além, da especulação imobiliária que está em alta na cidade, principalmente nos terrenos próximos a BR. Elevando tanto o valor da terra quanto o custo de vida nestas áreas, pois áreas rurais estão sendo transformadas em áreas urbanas com fins de transformar o ITR (Impostos Territorial Rural) que é o imposto a ser pago a União pelos proprietários da imóveis na zona rural em IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), este é pago pelos proprietários de imóveis localizado em área urbana ao município, o que leva a parcela da população que não acompanha tal crescimento a vender suas terras e partir a procura de terrenos mais baratos onde o custo de vida é menor.

Nestes locais tanto o custo de vida é menor quanto os terrenos tendem a ser mais baratos pois o mercado imobiliário ainda não tem interesse em investir nem criar condições

para que haja desenvolvimento, cabendo ao Estado investir nestes lugares. São estes os espaços propícios para ocorrer a segregação induzida.

Esta não ocorre de forma espontânea e planejada pois não é escolha dos moradores ocupar os espaços irregulares da cidade, estes são induzidos a estes locais pois é o que podem pagar e cujo custo de vida cabe em seus orçamentos. As casas inicialmente são feitas de barro as chamadas casas de taipa construídas pelos próprios moradores pois estes não tem condições de pagar para construir.

Com o passar do tempo alguns moradores conseguem autoconstruir suas casas em alvenaria que são as construções com tijolos de barro, outros esperam por anos e até décadas a sorte de serem sorteados em programas habitacionais e ganhar uma casa de alvenaria. Na Vila Florestal por exemplo a maioria das casas atualmente são de alvenaria porém inicialmente eram todas casas de taipa e não tinham as mínimas condições de serem habitadas pois o local não apresentava infraestrutura alguma para moradia.

3.1 Caracterização Histórico Geográfica da Área De Estudo

O Município de Lagoa Seca localiza-se na Mesorregião do Agreste paraibano e na Microrregião de Campina Grande no interior do Estado da Paraíba, sua distância da capital João Pessoa é de 126 Km pela rodovia, a atual cidade de Lagoa Seca pertenceu na qualidade de distrito à Cidade de Campina Grande. Onde segundo Santos (2007) antes de se tornar uma cidade a localidade já teve por nomes: Lama da Gata, Tarimba, Vila Ipuarana (origem indígena) IPU=lagoa e ARANA=ruim, seca, e por fim Lagoa Seca que teve por primeiros habitantes os índios Bultrins.

Ainda segundo Santos (2007), o desenvolvimento da Vila se deu pelo comércio entre as cidades de Campina Grande e Brejo de Areia, onde os comerciantes precisavam descansar se alimentar e guardar os animais até o dia seguinte, com o distrito veio à estrada e o desenvolvimento do mesmo às margens da estrada, fato marcante na cidade até os dias atuais. Com o passar do tempo Lagoa Seca perde a característica de “local de passagem” entre Campina Grande e as cidades do Brejo Paraibano, contudo, permanece a condição de Lagoa Seca como uma “extensão da cidade de Campina Grande”. Principalmente pelo fato Lagoa

Seca deixar de ser uma cidade passagem e se tornar uma cidade dormitório para população de classes elevadas de Campina Grande.

O relevo do Município está localizado no Planalto da Borborema com bastante ondulações marcando pontos de até 675 metros de altitude. O clima tem predominância do tropical úmido com temperaturas médias em torno de 22°C. O período chuvoso concentra-se entre os meses de abril a julho com precipitação média anual de aproximadamente 900mm. A vegetação do município está profundamente devastada, a vegetação de Mata Semidecidual é encontradas em pouquíssimas áreas na maioria delas em locais de difícil acesso. O pouco que é encontrado em áreas privadas está antropizada e cada vez mais perde seu espaço para as atividades agrícolas que vem se desenvolvendo no município. A maior parte destas áreas são destinadas a plantação de frutas e hortaliças (IBGE 2010).

A cidade de Lagoa Seca é marcada pela proximidade com o centro comercial de Campina Grande, apenas 8 Km tendo como principal via de acesso a BR 104. Lagoa Seca situa-se entre as coordenadas Latitudinais 27° 17'09" S, e Longitudinais 48° 55'17" W. A cidade é limitada por Campina Grande (Sul), São Sebastião de Lagoa de Roça (ao norte), Massaranduba e Matinhas (ao leste), Puxinanã e Montadas (ao oeste).

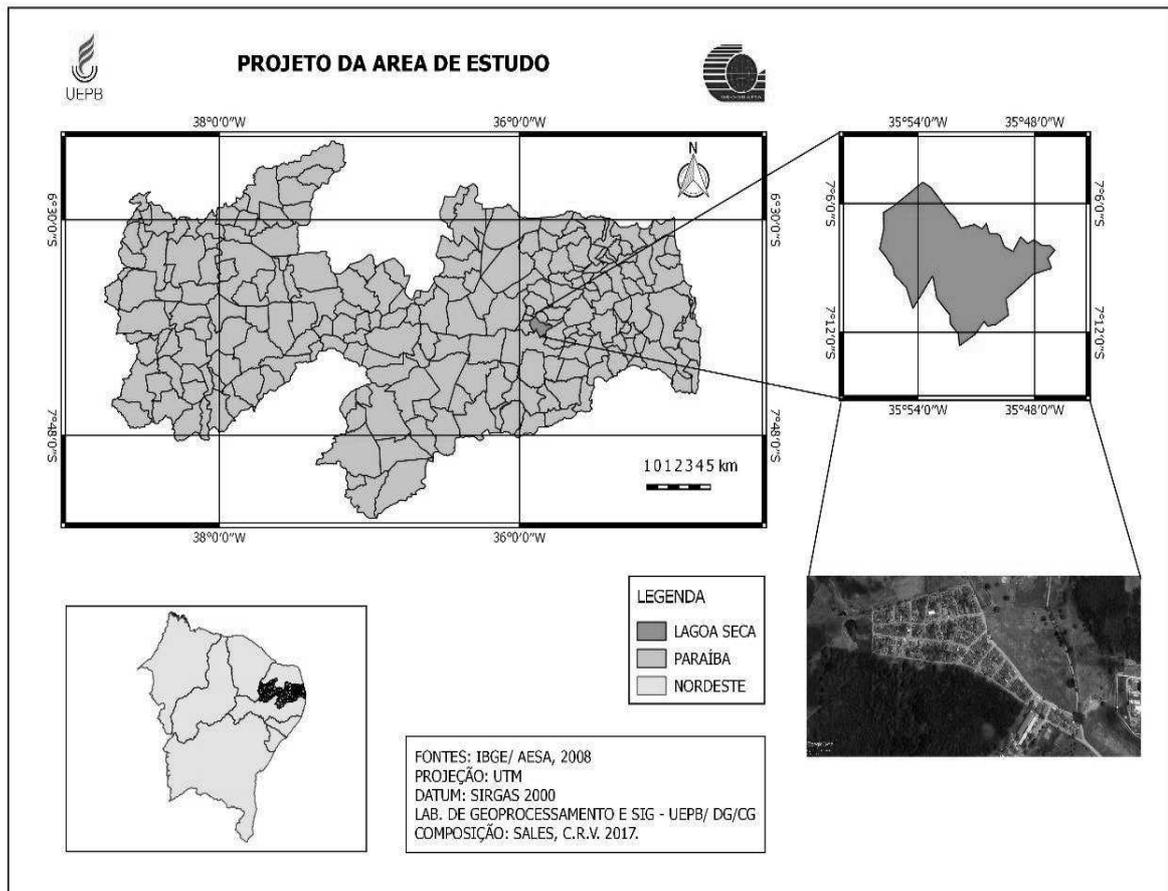


Figura 1: Mapa do Estado da Paraíba localizando o Município de Lagoa Seca com ênfase para a Vila Florestal.

Fonte: IBGE/AESA-PB, composição SALES, C, 2017.

Ainda segundo o IBGE (2010) o município de Lagoa Seca tem por área total 110 km², sendo constituído por dois distritos Vila São Pedro¹⁰, e o Distrito Sede; além dos 07 povoados que possuem características urbanas sendo eles: Alvinho, Amaragi, Chã do Marinho, Floriano, Genipapo, Vila Florestal e Vila Ipuarana.

De acordo com dados do senso demográfico do IBGE 2010, o município de Lagoa Seca possui 25.900 pessoas a estimativa do IBGE para 2017 no município é de 27.543 pessoas, vale ressaltar que, cerca de 61,4% da população reside na zona rural enquanto que 38,6% está na zona urbana da cidade, o que indica um baixo índice de urbanização, ilustrado no desenvolvimento da cidade. A densidade média da população é de 240,73 hab/km² sendo a sexta maior do estado.

¹⁰ É importante destacar que o distrito Vila São Pedro foi criado pela Lei Estadual N° 3.915 no ano de 1977, mas ainda não foi reconhecido como distrito pelo IBGE.

O crescente processo de urbanização das pequenas cidades traz incertezas, pois à medida que a cidade se moderniza ela traz novos desenvolvimentos como saneamento básico, água de qualidade, rodovias, transportes públicos, dentre outros serviços, com a implementação destes novos atrativos novas moradias são construídas, notoriamente as casas que ficam mais próximas ao centro e a essa rede de serviços básicos são as casas e condomínios mais bem estruturadas característica das famílias de classes média e média/alta.

Nos pequenos municípios, como Lagoa Seca-PB, o processo de urbanização se deu mais tardio ainda, devido à sua gênese, e principalmente porque sua principal fonte econômica advém da zona rural, através do cultivo de hortifrutigranjeiro. Porém, o que era um município tipicamente rural, com zona urbana ínfima, vem ganhando a cada dia mais aspectos da modernização, através de abertura de novas ruas, e, principalmente loteamentos. Isso se dá devido há alguns fatores, como a violência no campo e a precarização dos equipamentos de trabalho e técnicas agrícolas no município que ainda é bastante rudimentar.

É notório o crescimento imobiliário na cidade a partir do final do século XX e início do século XXI, impulsionado pela melhoria na infraestrutura, através de calçamento de ruas e ou pavimentação, implantação de redes de esgoto nas áreas centrais, bem como serviços oferecidos pelo poder municipal, no que se refere a escolas e unidades de saúde mais próximo dos bairros.

Essa melhoria na infraestrutura da cidade trará muitos benefícios como novas fábricas e lojas sendo implantadas nas áreas centrais desenvolvendo assim o comércio e elevando os índices econômicos da cidade. Com isso o poder público tente a investir cada vez mais na infraestrutura da área central, carros para a coleta de lixo, sistema de abastecimento e saneamento básico, sinais de trânsito para controlar o fluxo de carros em horários de pique, dentre outros serviços.

Além do aumento de condomínios horizontais fechados como é o caso do condomínio Nações *Residence Prêve* (o mais antigo, voltado a classe média), e o *Atmosfera Residence* (o mais recente, direcionado a classe média alta), que nos últimos anos vem sendo característicos do Município, tendo por atrativos a proximidade com o centro de Campina Grande pela BR que não apresenta grandes fluxos de veículos, maior segurança, comodidade, tranquilidade e paisagens exuberantes que acabam atraindo famílias de classe média e média alta para os condomínios fechados.

Segundo Sales 2016 “É notório que a transformação de terra rural em terra urbana, na cidade de Lagoa Seca tem gerado enormes ganhos para o mercado imobiliário uma vez que áreas rurais estão sendo transformadas em áreas urbanas”. Com o processo de urbanização e especulação imobiliária e o aumento populacional no município, muitos sítios da área rural estão sendo vendidos para grandes empresários a fim de se tornarem condomínios de luxo. O problema é que a maioria destes terrenos eram de áreas de vegetação, porém foram desmatadas para a construção imobiliária, deixando de lado a preocupação com o meio ambiente e o aporte da infraestrutura da cidade que por sua vez não acompanha o crescimento imobiliário.

Uma parcela da população migrou de Campina Grande, por alguns motivos como podemos observar um senhor, aqui identificado por apenas J.S que vai relatar abaixo os motivos pelos quais decidiu vender o seu apartamento na cidade de Campina Grande - PB e construir a sua casa na cidade vizinha (Lagoa Seca), no Condomínio Nações *Residence Prive*:

Bom eu morava em um apartamento na saída de Campina, não era tão grande, só havia vaga para dois dos meus carros, o barulho era horrível e o maior problema sem dúvida era a distância do meu estabelecimento, trabalho da minha esposa e escola dos meus filhos, todos aqueles semáforos e congestionamentos me cansaram. Foi aí que um amigo que já morava no condomínio me indicou e falou o quanto era bom morar em Lagoa Seca, hoje moro a menos de dez minutos da empresa, tenho mais espaço e privacidade para mim e minha família num ambiente de boa estrutura...
J.D.S Silva *nome fictício 05-02-2016

Além dos Condomínios é notória a implantação de loteamentos para melhor acomodar a população seja ela da própria cidade ou de municípios vizinhos. É perceptível a construção de vários loteamentos e condomínios dentro do município de Lagoa Seca, como é o caso do Ipuarana, o Moriá, Cirne, o São José e o *Atmosfera, Atmosfera Green, Nações Residence Prive* que vem ganhando destaque na cidade.

Porém, o que era um Município tipicamente rural, com zona urbana ínfima, vem ganhando a cada dia mais aspectos da urbanização, através de abertura de novas ruas. Isso se dá devido há alguns fatores, como a violência no campo e a precarização das atividades agrícolas do município que ainda é bastante rudimentar.

Na maioria das propriedades a técnica rudimentar de plantio passada de pai para filho e resiste até hoje. Evidentemente que por falta de recursos para manter a tecnologia tão presente entre outras áreas do país e que elevam a produtividade da terra. Essa falta de tecnologia ocasiona uma dependência demasiada das condições climáticas a que os plantios se submetem. (SOUZA, 2011 p. 33)

Essas condições fazem do trabalho no campo árduo, além de pouco rentável. E isso ocasiona outro problema, o êxodo rural. É comum que os filhos façam plantio nas terras da família, na chamada agricultura de subsistência, segundo SOUZA (2011) essas áreas são divididas em minifúndios, através da herança e a área de plantio não é suficiente para que o agricultor possa obter renda necessária.

Já a parcela pobre da população lagoa-sequense que mora mais afastada das áreas centrais como é o caso da Vila Florestal padecem com a falta de infraestrutura e políticas públicas que visem o melhoramento das condições de vida por parte do Estado. Porém, sabe-se que as áreas mais afastadas do centro chamadas de zonas periféricas sofrem com problemas graves pois são ocupadas em sua maioria por pessoas com renda abaixo de um salário mínimo.

Estas pessoas procuram sempre os terrenos, mas baratos por consequência lugares com alto risco e vulnerabilidade como a Vila Florestal, área periférica do município, onde reside centenas de famílias vivendo em situação preocupante tanto fisicamente quanto socialmente, pois além do lugar não ter estrutura, a maioria das casas estão em áreas íngremes e de difícil acesso, propícias a desabamentos. Pelas construções irregulares, esta área é conhecida por ter os terrenos mais baratos da cidade.

A modificação destes espaços sem atentar para questões ambientais em áreas que foram desmatadas para construção de casas sem qualquer estudo da área se transformam em vilas, onde a falta de estrutura e o descaso por parte do poder público torna-se evidente, com isso a população local sofre para se deslocar cerca de 3,5 Km por estrada de terra até chegar a rodovia que dá acesso ao centro da cidade de Lagoa Seca e 10,5 Km para chegar ao centro de Campina Grande.

Como na maioria das áreas periféricas brasileiras a Vila Florestal padece pela falta de segurança, o poder público tem dificuldades quanto à organização de tal crescimento, seja por falta de conhecimento das reais consequências destas construções desenfreadas, das características físicas do meio e da vulnerabilidade a qual estas famílias estão expostas, ou mesmo por falta de profissionais capacitados para reconhecer tais circunstâncias, por falta de planejamento e gestão eficaz, como podemos perceber na figura 2, ou simplesmente pela falta políticas públicas relacionadas às habitações populares, pois sabe-se que existem poucas.



Figura 2: Foto das casas da Vila Florestal construídas sem infraestrutura alguma. Fonte: Pesquisa de Campo 2017.

Esta falta de políticas públicas sem dúvida é o maior causador de um grave problema que assola muitas cidades brasileiras, a segregação socioambiental que constitui em famílias que saem das áreas centrais pelo aumento do custo de vida e acabam por procurar por áreas mais afastadas da cidade, aumentando de forma desenfreada a construção de casas em lugares inapropriados. Esse tipo de segregação é involuntário, porque não se dá de forma proposital, nem é forjada para tal, mas é resultante das condições econômicas que afastam as pessoas para locais mais baratos, porém com pouca, ou nenhuma infraestrutura.

3.2 Processo de construção e ocupação da Vila Florestal

Como muitas favelas e vilas, a Vila Florestal surge a partir de uma área que foi desmatada no Sítio Imbaúba zona rural do Município de Lagoa Seca para a construção da Escola São Sebastião e Colégio Agrícola, posteriormente a professora decidiu construir sua casa ao lado da escola (como era de costume na época), o seu esposo se tornou o vigia da escola e simultaneamente começou a cultivar as terras no horário oposto ao trabalho o mesmo construiu uma casa de farinha que inicialmente eram referências do local a escola, a caixa de água da escola. Já que eram os únicos moradores a renda da família vinha do salário da Professora Josefa do Carmo Costa (in memorian) e do seu esposo Severino Jerônimo da Consta (in memorian) que era vigia, além da agricultura de subsistência com culturas alimentares básicas da região, como mostra a fala em entrevista abaixo da senhora Vera Lúcia filha do casal Josefa e Severino.

Meus pais chegaram lá, na Vila Florestal que ainda não era vila, era só a Escola São Sebastião e o Colégio Agrícola, ai era somente a escola ai tinha aquela caixa d'água [caixa de agua muito antiga, demolida recentemente por estar em estado precário e apresentar riscos a população] que foi demolida agora e as lavouras. Ai depois meu pai construiu uma casa de farinha e ficou os referenciais a caixa d'água, a casa de farinha e a escola; a escola, minha mãe era professora lá e antigamente a escola era pegada com as casas aí a professora dava aula e morava ao lado da Escola. V.L

A área está situada a 2,5 quilômetros da BR que liga o Município de Lagoa Seca a Campina Grande e corresponde a área onde atualmente é a Vila Florestal. Décadas depois da chegada da primeira família, vieram algumas outros moradores pois como todo o terreno pertencia a prefeitura essas famílias foram se fixando e ocupando o espaço, que ainda segundo a senhora V.L foram:

Aí depois da minha família [se referindo a família Costa] com umas décadas chegou a família de Chico Trajano, a família de João Delfino, a família de Bil Luiz, a de Severino Terto, a de José Magno e o pai de Rita Borges.

Com a chegada destas famílias para cultivar as terras o espaço foi sendo transformado em áreas de plantio para agricultura de subsistência, onde, as famílias puderam se manter economicamente. Anos depois da chegada destas famílias começou a surgir rumores que a prefeitura iria tira-los de lá para dividir a área em pequenos terrenos e doar aos mais desfavorecidos, que não tinham moradia.

Segundo o Senhor Francisco José de Oliveira Coutinho¹¹ ou Bola Coutinho como prefere ser chamado e Prefeito do Município de Lagoa Seca na época, relatou que quando assumiu a prefeitura havia muitas pessoas pobres que não tinham onde morar. Então ele como Prefeito se solidarizou com a situação vivida pela população, comprou um terreno e doou para as pessoas construírem:

Ali [o entrevistado se refere a Vila Florestal] surgiu porque eu desapropriei um terreno de uma família de um caba que depois fui Prefeito daqui. Ai eles vieram aqui me implorar pra eu comprar um terreno dele que era pra pagar uma hipoteca que o cunhado dele que morava em Campina tinha hipotecado a casa se não ia perder a casa aí eu terminei com pena e comprei. Aí doei ao povo, quando ele ganhou a eleição, assumiu a Prefeitura, tomou os terreno que eu tinha dado era do lado de lá da cidade [noroeste da cidade, atualmente área de expansão imobiliária]. F.J.O.C. 2018

Algum tempo depois o senhor que havia sido o dono do terreno se tornou prefeito e tomou os terrenos da população, já que não havia documentos que provassem que os terrenos de fato era das pessoas que moravam neles. Foi então que o ex-prefeito Bola Coutinho utilizou um terreno que pertencia ao exército e doou uma porção da sua fazenda (local que atualmente é a Vila Florestal) para as pessoas pudessem construir. Ainda segundo o Ex-prefeito Bola Coutinho:

(...) Aí o povo: não você ia fazer era mucamba em Lagoa Seca botando essa muniça que não tem condição de fazer casa, aí eu peguei tinha uma terra do governo que era onde matava boi e tinha um grupo escolar e roçado do povinho.

Começou-se daí a preocupação dos antigos moradores que já tinham algum poder aquisitivo pois, a área era conhecida pela segurança e tranquilidade. Se houvesse doações a população de baixa renda traria insegurança aos moradores que estavam fixados naqueles terrenos a décadas. Outra moradora relatou que:

Lá era um paraíso mas nós moradores tínhamos muito medo de haver essa doação porque havia rumores de que um dia ia distribuir os terrenos para os pobres e a população tinha medo (...) e a gente sempre tinha aquela preocupação de um dia a gente sair de lá e fazerem essa doação desordenada e ter esse risco né (...) a gente não morava naquela área da ladeira a gente morava já em baixo, lá pra cima era as plantações ai não tinha risco. A gente saia pra fazer compra no centro e as portas ficavam abertas, só no trinco. M.R.B (uma da primeiras moradoras).

A população temia que a doação e ocupação desordenada da área com pessoas de baixa renda poderia comprometer o bem estar e a qualidade de vida dos antigos moradores do Sítio Imbaúba. Pois estes tinham na agricultura o suficiente para viver bem, porém, os novos moradores não teriam locais próximos em que pudessem trabalhar. Bola Coutinho então mandou mapear e criou um projeto como mostra a figura 03 para a construção de um loteamento para a população de baixa renda que seria localizado no Sítio Imbaúba.

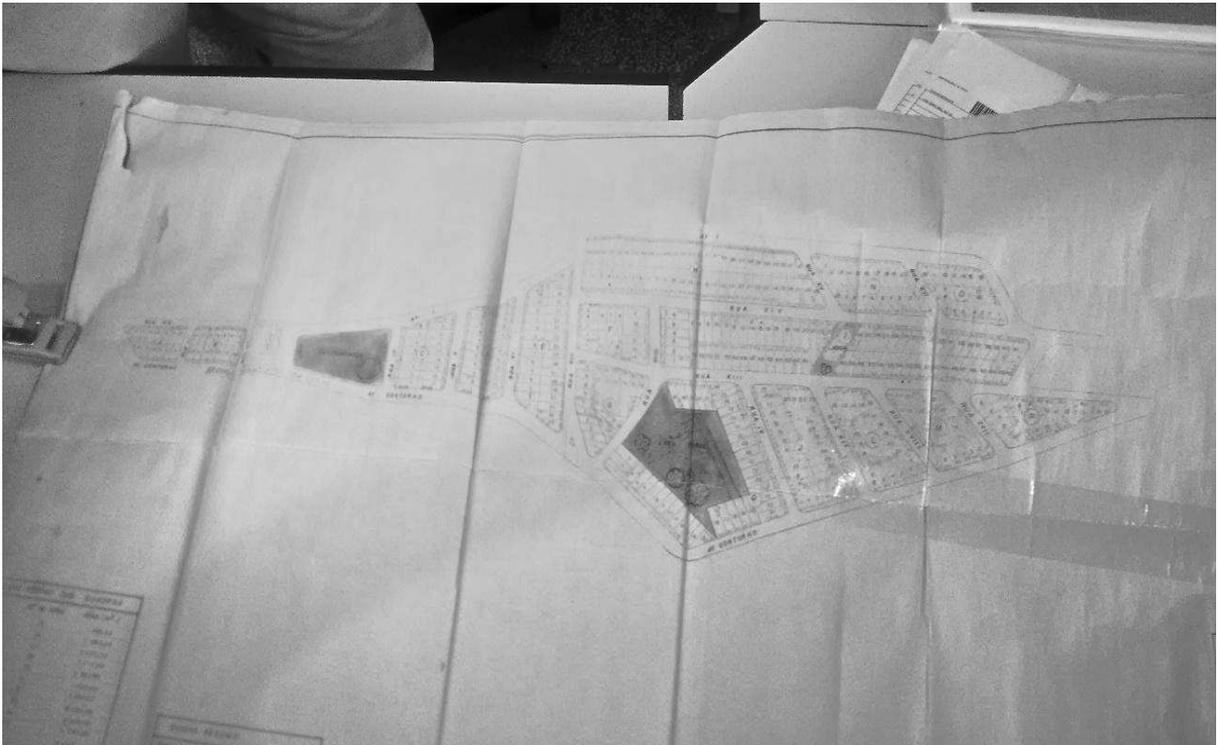


Figura 03: Mapeamento do que seria o Loteamento Cidade Bola Coutinho, atual Vila Florestal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Lagoa Seca fotografado em pesquisa de campo em 21-11-2017.

O projeto demorou para ficar pronto e o Ex Prefeito Bola Coutinho viu no terreno a possibilidade de acomodar a população que havia sido expulsa e mais uma vez não tinha moradia. Então este começou a doar os terrenos do Sítio Imbaúba sem o projeto do residencial. De modo que:

Eu transferei o povo pra cá, dei casa que ele tomou, dei casa aqui [se referindo a Vila Florestal] eu digo, eles não vão morar nos ares que não são urubu. Eu vou dá os terrenos, ai dei, depois ainda tirei uma tira da propriedade daqui e dei pra aumentar foi como surgiu.

Evidencia-se que antes de se tornar a Vila Florestal a localidade era muito tranquila, porem depois que o poder público interveio doando pequenos terrenos a população mais carente no início da década de 1990, período que coincide com o crescimento e modernização da área central da cidade de Lagoa Seca e conseqüentemente com o aumento do valor da terra urbana na cidade.

A população de menor poder aquisitivo viu na doação dos terrenos uma saída para se livrar do aumento do custo de vida na zona urbana, sendo induzidos a morar em uma área precária, se segregando tanto espacialmente quanto socialmente da cidade.

Meus pais chegaram lá em 1955 quando a gente saiu de lá começou as doações dos terrenos acho que foi no ano de 87 eu e minha família com medo saímos de lá foi quando o prefeito Bola Coutinho [que era o Prefeito da época] estava com a reeleição ameaçada, ai ele começou a doar os terrenos a população mais pobre, ele não tinha controle das doações, dava terreno pra todo mundo de forma desordenada. P.S (o ex-morador optou por não se identificar)

Após a doação as pessoas começaram a se aglomerar irregularmente sem nenhum auxilio do poder público ocupando uma área vulnerável e construindo de forma desordenada como podiam. Causando drásticos desequilíbrios ambientais uma vez que não se tem saneamento básico e o esgoto corre a céu aberto, áreas foram desmatadas para construção prejudicando a absorção da água e retirando a camada verde que era responsável por dá sustentação ao solo deixando o mesmo ainda mais vulnerável o senhor E. F. S relata que:

Quando cheguei aqui não tinha nada, só mato ai o povo foi construindo aos pouquinhos seu bola deu os terrenos ai a gente ia só no cartório assinar um documento pra ninguém tomar a terra e a gente foi se ajudando. As casas eram todas de barro e a gente mesmo foi construindo, Bola ajudava e a gente ia se virando como dava, tudo era muito simples não tinha energia, a agua a gente pegava no poço, não tinha ônibus, era um sofrimento mas pelo menos os terrenos eram nossos. (E.F.S de 64 anos é agricultor e morador da Vila Florestal há 50 anos)

As primeiras construções da Vila Florestal eram casas de taipa e se construídas com ajuda dos próprios moradores em tempo livre, nesta época o prefeito Bola Coutinho ajudava como podia. Porém a falta de estrutura, materiais apropriados, profissionais da construção civil para auxiliar, orientar e dar suporte a população gerou muitas construções irregulares que ofereciam grandes riscos a população, além de não ter saneamento básico com as verbas municipais o senhor Bola Coutinho relata que:

Ali depois eu construí umas 160 casas, botei banheiro numas 200, no começo eu construía ai arrumei verba para construir os banheiros e depois mais verbas para as casas e cuidei muito deles. Aqueles que são mais pobre tiram lenha aqui [Se referindo a sua propriedade que está localizada ao lado da Vila Florestal] e eu ajudei demais aquela Vila.

A saída da população de menor poder aquisitivo das áreas centrais e a venda destes, que pertenciam a estas famílias nas áreas centrais e próximas a BR atraíram o mercado imobiliário que comprou os terrenos por preços baixíssimos, por estes terrenos estarem em localizações privilegiadas e próximas a Campina Grande estes terrenos tiveram uma supervalorização e atualmente estas terras passam por um forte processo de especulação imobiliária.

Além das construções de médio e alto padrão transformando-os em condomínios horizontais de luxo que estão se tornando marcas da pequena cidade de Lagoa Seca no agreste paraibano, aumentando ainda mais a segregação e as desigualdades sociais uma vez que estes condomínios de alto padrão aumentam o custo de vida nas áreas próximas a eles, levando mais pessoas a procurarem terrenos em áreas como a Vila Florestal.

Já construções desordenadas em um pequeno espaço de tempo fizeram surgir uma área de exclusão, nomeada posteriormente de Vila Florestal a qual não se tem registro da adoção do nome. Segundo a Secretaria de Saúde do município, a Vila Florestal atualmente possui cerca de 300 residências e aproximadamente 1400 pessoas. Como é o caso do senhor S. F. S. que mora na Vila Florestal a mais de 25 anos relata sobre a vivência na vila.

Me chamo Severino e moro aqui na Vila a 25 anos, antes morava e trabalhava na lavoura das terras de um político aqui da cidade, mas como ele deixou de plantar ficamos sem ter onde morar, ai ele tinha uns terrenos aqui na Vila e como ele gostava muito de mim e de Maria [esposa de Severino], ele mandou construir essa casinha pra nós, agradeço muito a ele, mas aqui a gente sofre muito porque como a casa fica no fim da ladeira quando chove é um sofrimento só pra subir e a casa faz uns barulhos sabe parece que vai cair quando chove, mas temos que ficar aqui, não temos outro lugar pra ir. (S.F.S. morador da Vila Florestal).

Décadas se passaram e a realidade desta localidade é a mesma, sem calçamento, algumas entradas mais parecem vielas¹², a CAGEPA¹³ pôs um ponto de abastecimento próximo à Vila porém, só chega uma vez por semana, uma cisterna comunitária foi construída e recebe um caminhão pipa de água em dias alternados que não é suficiente deixando a população a única escolha de utilizar um poço cavado pelos próprios moradores cuja qualidade da água é duvidosa, o esgoto corre a céu aberto como podemos identificar na figura 4.



Figura 4: foto de umas das ruas da vila florestal onde não a esgotamento sanitário este corre a céu aberto fruto das moradias irregulares, além da fenda aberta pelo escoamento da água da chuva.

Fonte: Pesquisa de campo

¹² Ruas pequenas, estreitas e irregulares.

¹³ Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

Atualmente poucas casas ainda são de taipa, alguns domicílios de alvenaria correm sérios riscos de desabamento deixando a população em situação de vulnerabilidade tanto física quanto social uma vez que essa população foi induzida a ocupar um espaço de risco causando a segregação induzida que consiste em uma população que sai do seu lugar de origem não por vontade própria mas, por não ter outra alternativa nem condições de continuar em seus lugares de origem por forças maiores como o aumento do valor da terra o aumento do custo de vida nas cidades, esse tipo de segregação é involuntário, porque não se dá por escolha destes indivíduos, nem é forjada para tal, mas é resultante das condições econômicas que afastam as pessoas para locais mais baratos, porém com pouca, ou nenhuma infraestrutura e ou assistência do poder público. Como relatou o Coordenador da Defesa Civil:

No caso da casa de taipa a gente vai lá e faz o processo pra no terreno mesmo a Prefeitura fazer a casa mas depois que a casa [de alvenaria] é construída eles constroem uma de taipa do lado para familiares. (...) a gente vai lá faz a notificação e manda pra a Prefeitura mas, tem que ficar cobrando, as casas que foram destinadas pra lá [para a Vila Florestal] eram para outras localidades, não eram pra lá ai eu cobrei e foram feitas lá, (...) os políticos vão lá na época de política e prometem calçar e fazer saneamento básico mas não sei da fala. Ali tem que ter uma verdadeira reforma estrutural.

Com o relato do Coordenador da Defesa Civil podemos perceber a vulnerabilidade a qual a população da vila Florestal está exposta, onde além de todos os males apontados por ele estas pessoas ainda vivem segregadas e correndo sérios riscos à saúde uma vez que os índices de vulnerabilidades relatados por ele são altíssimos e as políticas públicas voltadas para habitação no município ainda são pouquíssimas se comparado as desigualdades vivenciada na Vila Florestal. Ainda segundo o coordenador da Defesa Civil o mesmo expôs que:

A insegurança é muito grande se você for na creche tem criança dizendo eu do um tiro em você, eu esquitejo você e isso vem de casa, lá nos temos o maior índice de violência [referindo-se a Vila Florestal] e não é só isso, é tráfico de drogas, prostituição infantil, violência familiar, agressões contra mulheres. (...) ali tem muitas casas que correm risco de desabamento, quando chove tem casa ali na parte de baixo da ladeira que quando chove alaga, as pessoas ficam quase ilhadas ai elas ligam pra mim e eu mando um trator ir tirar a lama das ruas pra eles podem subir, no inverno a gente chega a tirar pessoas dali e pagar aluguel enquanto passa o inverno porque algumas casas não tem a mínima condições em termos de infraestrutura.

Este fato descrito no relato é a realidade de centenas de Vilas e Comunidades no Brasil, onde o processo de urbanização e as transformações ocorridas nos centros das cidades elevam tanto o valor da terra quanto o nível do custo de vida, levando as pessoas de menor poder aquisitivo a se submeter a condições sub-humanas em locais que colocam a sua integridade física e social em risco.

A população ainda tem que conviver com o favoritismo político, pois alguns candidatos se aproveitam da situação de vulnerabilidade a qual a população sempre estiveram expostos para prometer em anos de eleição que vão levar investimentos e melhorias para a Vila Florestal, porem a maioria destas melhorias ficam apenas nos discursos. Alguns ainda fazem favores e ajudam a população para cobrar apoio em épocas de eleição se aproveitando da necessidade da população. Como é o caso de um candidato do Município que não quis se identificar e, posteriormente, uma funcionária da escola relata:

Nessa campanha eu tive uma decepção deles por que das outras [campanhas] não, eles votavam cegamente onde eu tivesse. Mas, nessa última era vereador comprando voto ai eles era mercadoria vendida. Mas o povo é assim mesmo tem que aguentar (...) tenho feito tudo por ali todo ano eu faço o natal das crianças e é quase tudo dali, do feira, do os presentes das crianças e dá a comida deles. Candidato do Município

Aquí tem muita gente, tem pra mais de duas mil pessoas e os políticos se aproveitam disso, dizem que vão fazer os beneficios pra o povo e não faz, ai quando tá meio disleriado e perdendo a campanha ai corre pra Vila faz um monte de promessa ai se elege e esquece do povo. M.A

Algumas pessoas se aproveitam da necessidade dos moradores e os ajudam apenas para cobrar depois. E as promessas de melhorias ficam apenas no discurso e no campo das ideias dos moradores que anseiam por melhorias em sua comunidade e votam nestas pessoas principalmente em troca de carros de agua ou cestas básicas.

A falta de infraestrutura e de condições para que os moradores da Vila Florestal possam se desenvolver economicamente é um problema sério, pois, a comunidade foi criada mas não houve planejamento para a sua criação. As pessoas foram apenas colocadas no local para resolver um problema urbano no centro da cidade.

Porém apenas retiram a população de uma área e colocaram em outro sem pensar em aspectos do tipo: como esta população de baixa renda vai se desenvolver se não há empregos suficiente nos poucos aparelhos públicos que há no local? Como vão se manter se não foi dado aporte suficiente para a população daquele local se desenvolver?

Com a retirada da população de uma área para outra apenas se criou um problema urbano afastado da cidade que foi esquecido ao longo do tempo. A Vila Florestal é apenas mais um exemplo da “limpeza do centro da cidade” onde não há políticas públicas por parte do Estado que vise a diminuição da desigualdade, muito menos interesse por parte de empresas privadas em se estalar próximo para dar oportunidade de empregos para os moradores.

Muitos residentes relatam o preconceito enfrentado desde o surgimento da Vila. Preconceito, violência, discriminação, segregação, desigualdade, exclusão são alguns dos problemas sociais enfrentados pelos moradores que lutam por respeito, igualdade e direito aos espaços da cidade como cidadãos. Todavia a falta de políticas públicas voltadas tanto para habitação quanto para o desenvolvimento da Vila ainda são aspirações.

3.3 Problemas sociais e urbanos da Vila Florestal

O crescimento e o desenvolvimento das cidades não ocorre de forma homogeneia, como discutido em capítulos anteriores tais modificações ocorrem de diferentes maneiras em determinadas áreas da cidade. Tais diferenças ocorrem tanto pela necessidade da população, quanto pelo seu poder aquisitivo pois, o valor da terra determina onde você vai morar. A população de classes mais elevadas escolhem os bairros ou condomínios com melhores serviços, já a população de baixa renda constroem suas casas em terrenos mais baratos.

Nas cidades brasileiras a divisão entre ricos e pobres sempre é algo a ser observado pois a população de classe mais elevada além de poder pagar por melhores serviços estas pessoas na maioria das vezes não vive a cidade e conseqüentemente os problemas urbanos como: a falta de saneamento básico, falta de infraestrutura, a insegurança dos bairros considerados como perigoso pela população ocasionados pela falta de políticas públicas.

Nas vilas, favelas e comunidades das pequenas cidades como é o caso da Vila Florestal os problemas urbanos e sociais são ainda mais graves pois a população não pagar por serviços melhores, estes ficam à mercê do Estado cujas políticas públicas caminham ainda a passos lentos e a falta de investimentos para o desenvolvimento da Vila torna-se condicionante para o aumento da desigualdade.

Desde o surgimento da Vila Florestal houveram melhorias na comunidade como a chegada da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Maria Alves Brasileiro, a Escola

Municipal Infantil São Sebastião, a Creche Escola Irmão Damião e em 2007 a Vila Florestal ganha e a chegada em 2007 do Campus II da Universidade Estadual da Paraíba, porém, como a universidade adotou a contratação de uma empresa terceirizada para prestação de serviços os moradores da Vila Florestal não conseguem trabalho na Instituição.

Na segunda metade do ano de 2017, após muitos anos de promessas não cumpridas a prefeitura por meio da Secretaria de Obras do Município foram pavimentadas as ruas: Maria do Carmo do Vale, Projetada J (Rua da Igreja), Sebastião Ribeiro e Sebastião Lúcio. Que para a população foi um grande avanço pois a pavimentação se tornou símbolo de uma luta por melhorias na comunidade que foi concretizada. A senhora K.S.O.S que nos relatou:

Aqui tem muita coisa boa sabe as pessoas são boas, tem muita violência mas isso tem em todo canto, não é só aqui. Mas a gente vivia muito esquecido aqui só bola que de vez em quando ajuda a gente mais depois fica passando na cara. Ai entrava político, saia político e a gente esquecido porque eles só lembra da gente na época da eleição ai chega de monte tradando bem e perguntando o que a gente tá precisando ai faz um monte de promessa pra melhorar a Vila mas, quando ganha ai some e só aparece com mais quatro anos. Entrou esse Fabio [atual Prefeito do Município] agora ai ele até que tá fazendo. Já reformou o postinho de saúde calçou umas ruas mas não foram todas. As outras continuam cheias de buraco mas, já é alguma coisa né a gente é muito grato a ele.

O calçamento de cinco ruas na Vila Florestal trouxe benefícios como podemos ver na figura 4 para os moradores que sofrem principalmente no inverno pois como o terreno é enlameado quando vem o período chuvoso se torna um grande desafio subir as ladeiras como pode ser observado na figura 5. Para os moradores tal benefício é um avanço para o desenvolvimento da Vila Florestal uma vez que os moradores conseguem se deslocar com mais facilidade.



Figura 05: Calçamento de uma das ruas da Vila Florestal.

Fonte: Pesquisa de campo 2018



Figura 6: Vala aberta pela força da água da chuva em uma das ruas da Vila Florestal.

Fonte: Pesquisa de campo 2018

Como exposto nas fotos acima apenas cinco ruas foram caçadas, as outras continuam sem calçamento e de difícil acesso. Mesmo com a conclusão de uma obra “grande” para a população, a Vila Florestal ainda padece pela falta de estrutura uma vez que não há saneamento básico e na maioria das casas o local de armazenamento dos dejetos ainda é rudimentar, quando estes locais de armazenamento estão cheios valas são cavadas levando este material para os acostamentos da rua, estes correm a céu aberto e por força gravitacional é levado corre direto para uma barragem próxima como pode ser observado na figura 7.



Figura 7: esgoto correndo a céu aberto em direção a uma barragem.

Fonte: Pesquisa de campo 2018

Segundo o Coordenador da Defesa Civil do Município por força gravitacional os dejetos lançados a céu aberto vão diretamente para uma barragem que se encontra na parte inferior a apenas alguns metros da Vila Florestal. O grande problema é que a água da barragem é utilizada para irrigar uma plantação de legumes e verduras, pondo em risco a saúde da população.

No Município há caminhões destinado a coleta de resíduos sólidos, porem o que se observa é que, nestes locais ainda há acumulo de lixo nas vias como se observa na foto 7 porem com a chuva tais resíduos se tornam lar para a infestação de mosquitos como podemos ver na figura 8 e roedores causadores de doenças como: leptospirose, dengue, febre amarela, zika e chikungunya.



Figura 8: Mapeamento das áreas de incidência de focos do mosquito *Aedes Aegypti* no território de abrangência da ESF¹⁴ da Vila Florestal.

Fonte: Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Maria Alves Brasileiro foto retirada em pesquisa de campo.

¹⁴ ESF: Estratégia de saúde familiar

O índice de incidência de focos do mosquito *Aedes Aegypti* é um forte indicador de que a falta de infraestrutura, saneamento básico e a falta de políticas públicas voltadas para essa área tem causado transtornos à população da Vila Florestal. A insegurança por outro lado alerta a sociedade e ao Estado que a população da Vila precisa dos seus direitos respeitados. Como relata a moradora M.J:

A vila é um paraíso pra morar, é tranquilo pra gente que morar aqui eles não mexe com a gente não. Aqui já foi muito carregado, agora tá calmo, calmo até demais e a gente fica é com medo quando tá muito calmo, mas, também a polícia sempre faz rondas ai tá bom. Aqui os moradores são bons, os agentes de saúde faz de tudo sabe mas, o que a gente precisava aqui mesmo era dos nosso direito respeitado que a gente sabe que não é.

Por muito tempo a Vila Florestal foi tratado tanto por moradores quanto pelos órgãos de segurança como um dos locais mais perigosos da cidade, com isto a área ganhou dos moradores do Município o apelido de favela tanto pela insegurança quanto pelas casas de taipa, maioria das famílias serem de baixa renda, porém, vale ressaltar que não há dados que comprovem tal insegurança. Atualmente a maioria das casas são de alvenaria, os índices de violência e criminalidade na Vila caíram muito como observamos na fala da moradora acima.

Segundo um funcionário público que não quis se identificar “a Vila Florestal pode tá até mais calma mais a prostituição infantil e principalmente o tráfico de drogas ainda são o ponto forte daqui”. Podemos perceber que a violência diminuiu, porém, o tráfico de drogas e a prostituição infantil ainda persiste na localidade que tem os seus direitos que deveriam ser garantidos por Lei estes são usurpados da população mais pobre. Com relação a isto o Coordenador da Defesa Civil e posteriormente uma funcionária da Escola Municipal Infantil São Sebastião apontou:

Já tivemos assassinatos lá, inúmeras ocorrências de violência que está generalizada que já teve em alta em outros momentos mas infelizmente ainda continua, violência e tráfico de drogas. (...) além das drogas, temos muitos jovens usuários, a vulnerabilidade social lá é muito grande. G.N.

A Vila Florestal é perigosa porque o povo não tem uma ocupação, o povo não trabalha, eles estuda somente até o primeiro grau ai quando termina o primeiro grau eles desiste e se envolvem com drogas, não tem uma indústria ou uma área de lazer então por isso eles se envolve. M.A

Problemas urbanos como a violência e o tráfico de drogas aliados a fama de favela que ainda persiste, constringe população se sente pois o termo é utilizado de forma pejorativa para menosprezar os moradores tanto socialmente quanto espacialmente tornando a Vila

Florestal uma área de vulnerabilidade social. Tais atributos aumentam ainda mais exclusão dos moradores da Vila com outras partes da cidade. Ao preconceito sofrido por morar ou trabalhar na Vila Florestal algumas pessoas relataram que:

Quando eu digo que trabalho na Vila, o povo diz: mas tu trabalha ali aquela vila? Ali só tem gente ruim. Como é que tu trabalha ali? Ali não é canto de se trabalhar não, o povo não tem estrutura familiar. M.A

A gente aqui sofre muito preconceito quando a gente vai pra Lagoa Seca [se referindo ao centro da cidade] que o povo pergunta de onde é e a gente diz que é da Vila Florestal o povo já diz vige é lá da favela! Só falta esconder as coisas e a gente se sente muito mal por isso porque somos pessoas de bem. M.J

Como pode ser ressaltado na fala tanto da funcionária pública quanto da moradora a desigualdade social tem causado danos a população. A discriminação e a exclusão dos moradores de outras áreas com relação aos moradores da Vila Florestal tem gerado revolta nos moradores, pois pela falta tanto de planejamento urbano da Vila Florestal, quanto pela falta de gestão essa população vive excluída e segregada da cidade.

A falta de investimentos que gerem empregos formais para a população da Vila Florestal e as políticas públicas que visem desenvolver a localidade tanto economicamente quanto estruturalmente é algo que deve ser pautado pois não há como a população se crescer economicamente se falta empregos para que estes possam trabalhar.

A Vila Florestal, assim como outras vilas, se destaca pela falta de investimentos e as políticas públicas que visem o melhoramento destas áreas andam a passos lentos. A população precisa de incentivos a educação de jovens e adultos como cursos de capacitação para a população de baixa renda possa se qualificar e assumir vagas em empregos formais e se desenvolver economicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do vivenciado durante a pesquisa foi perceptível que a desigualdade social é algo que se alastra de um passado conturbado de pessoas que sempre foram “expulsas” e involuntariamente tiveram que sair de seus lugares pendendo suas identidades históricas para dar lugar a modernização, ao “bonito”, a transformações urbanas que são sempre projetadas para trazer conforto a população abastarda e a elite que pode pagar por essa modernização.

Já quem não pode pagar por todos esses benefícios acaba ficando cada vez mais a margem da sociedade e sendo induzidos a habitarem outros espaços onde o custo de vida e o valor da terra são menores, essas são as áreas que o mercado imobiliário ainda não tem interesse em transformar, sendo característicos de morros, beiras de córregos e áreas sem infraestrutura de qualidade.

Esta realidade também foi observada na cidade de Lagoa Seca em que o mercado imobiliário tem investido nas áreas centrais e próximas a BR onde pôde ser observado o crescimento do número de condomínios fechados de alto padrão além da especulação de terrenos nas áreas centrais, o que elevou o valor da terra. A doação de pequenos lotes de terra no Sítio Imbaúba há algumas décadas levaram a população carente vender suas pequenas propriedades e aceitar as doações de terra onde está localizada a atual Vila Florestal, durante a pesquisa foi observado o descaso e a falta de investimentos numa área de vulnerabilidade e desigualdades sociais a níveis alarmantes.

Com as entrevistas, pesquisas de dados nas Secretarias do Município e as observações *in loco* ficou evidente que além da não ter nenhum planejamento em sua consolidação enquanto Vila, não houve gestão nem políticas públicas que visassem diminuir os problemas sociais da Vila Florestal.

Pelo contrário, observou-se que a violência, a falta de infraestrutura, saneamento básico e principalmente a falta de investimentos aliados a poucas condições econômicas dos moradores que obriga os mesmos a dependerem de programas assistenciais do Governo Federal como o Bolsa Família, isto criou na população de Lagoa Seca o conceito que a Vila Florestal é uma favela. O que incomoda os moradores pois além de estarem segregados socioespacialmente ainda são obrigados a conviver com a exclusão e o preconceito.

Através da análise evidenciou-se que a Vila Florestal surgiu sem projeção ou planejamento algum, apenas amontoados de pessoas colocadas em um local sem pensar a estrutura ou como essa a população iria se desenvolver economicamente, tornando-se notório a necessidade da população de atenção por parte do poder público em desenvolver principalmente alguma atividade próxima que possa gerar renda a população, além de políticas públicas que possam diminuir as desigualdades sociais existentes no município.

Com o decorrer da pesquisa comprovou-se que a Vila Florestal surgiu essencialmente para resolver um problema urbano no centro cidade, onde os mais pobres foram retirados e aglomerados em um local sem a mínima estrutura ou as condições básicas para que os mesmos pudessem se desenvolver economicamente. O que gerou na população a dependência de ajudas políticas que puderam ser claramente observadas no decorrer da pesquisa com o favoritismo político e até com alguns trechos de entrevistas citadas nos capítulos acima onde foi constatado que a Vila Florestal se torna moeda de troca em meses de eleição.

Muitos políticos se aproveitam da escassez de recursos por parte da população e dos problemas enfrentados na comunidade para trocar ajuda no que a população precisa por votos na campanha, além de inúmeras promessas de trabalho e políticas públicas que na maioria das vezes não passam de discurso. Deixando a população perecer com dificuldades para ajudar pessoas isoladas e cobrar a assistência nos meses de campanha.

Portanto as perspectivas é que nos anos seguintes a população da Vila Florestal continue padecendo pela falta de políticas públicas que visem o seu desenvolvimento enquanto comunidade carente pois as obras realizadas pelo Estado além de ser conduzida a passos lentos, são desenvolvidas de forma fragmentada e tardia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, IMPLANRIO. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar. 1988.
- _____, M. de A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XIV, nº 37. São Paulo: NERU, 1994. P. 34-46.
- _____, M. VAZ, L. **Sobre as origens da favela**. Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/184546655/Anais-do-IV-Encontro-Nacional-da-ANPUR-1991-vol-unico>> acesso em: 14 de Março de 2017.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____, A. F. A. **A cidade**. 9. Ed., 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito a cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, CORRÊA, PINTAUDI(orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2016.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In Subchefia para Assuntos Jurídicos Casa Civil Presidência da República, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 28 de fevereiro de 2018.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização e espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- _____, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995
- _____, R. L. Segregação Residencial: Classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, CORRÊA, PINTAUDI (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2016.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. In Assembléia Geral das Nações Unidas 10 de dezembro de 1948, Brasília, 1998, Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em 01 de março de 2018.
- Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001. In Subchefia para Assuntos Jurídicos Casa Civil Presidência da República, Brasília, 10 de julho de 2001. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 20 de janeiro de 2018.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. **Censo Demográfico – 2010.**

<

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/default_entorno.shtm

>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

LAGOA SECA - PB. Prefeitura Municipal de Lagoa Seca. **Plano Diretor Participativo**, 2006.

MAIA, D. S. COSTA, L. B. da. SOUZA, S. V. de. A fragmentação e a exclusão socioespacial: As favelas e os loteamentos fechados em Campina Grande- PB, Brasil. In: SILVA, A. B. da. GUTIERRES, H. E. P. GALVÃO, J. de. C. (orgs) **Paraíba: pluralidade e representações geográficas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2015. P. 99- 169.

MARICATO, E. **O Contexto do Estatuto das Cidades**. Brasil Cidades: alternativas para a crise Urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MENDES, T. **Revolta Armada** Blog Filosofando E Historiando, Disponível em: <
<https://filosofandohistoriando.blogspot.com/2010/03/movimento-operario-na-primeira.html>
> Acesso em:17/08/2017.

SANTOS, Elisângela Jerônimo dos. **Tarimba: aspectos históricos e culturais de Lagoa Seca**. Bauru: Canal 6, 2007.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 5. ed., 1. reimp. São Paulo: Edusp. 2008.

_____, M. **Espaço e método**. 5. ed, 2. reimp. São Paulo:Edusp. 2014.

_____, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed., 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SALES, C. R.V.S. **Urbanização e especulação imobiliária: uma reflexão sobre tais processos em Lagoa Seca-PB**. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. Julho, São Luís, MA, 2016. Disponível em: <
http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468116079_ARQUIVO_artigoCarlaRamonavieiraSales.pdf> acesso em: 16/07/2017.

SOUZA, J. R. M. de. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB: sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano**. Trabalho de

Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia). Centro de Educação. Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

SOUZA, S. V. de. **A produção do espaço intra-urbano e a periferização da cidade: uma análise das favelas na cidade de Campina Grande.** 2010. Monografia (Bacharel em Geografia), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CCEN.

SOUZA, F. F. de. Estrutura Política excludente, práticas Culturais normalizadoras, políticas de alívio à pobreza: o lazer em questão. In: MARCELLINO, N. C. (org). **Lazer e Sociedade: múltiplas relações.** Campinas: Alínea, 2008. pp. 121-137.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

SPOSITO, E. S. **Redes e Cidades.** São Paulo: UNESP. 2008.

VALLADARES, L. do P. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2000, v. 15, n. 44, pp. 05-34. ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69092000000300001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf> > Acesso em: 20/08/2017.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, CORRÊA, PINTAUDI (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

